



PLANO TRIENAL

2008 – 2010

Rio de janeiro, novembro de 2007

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
<i>I. Balanço do Trienal 2005-2007</i>	4
<i>II. Contexto sócio-político</i>	9
<i>III. Estratégia e objetivos para o Trienal 2008-2010</i>	13
<i>IV. Plano de Ação</i>	18
<i>IV.1. Programas de Desenvolvimento Local</i>	18
<i>IV.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano</i>	18
<i>IV.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina</i>	30
<i>IV.2. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro</i>	39
<i>IV.3. Programas Transversais</i>	47
<i>IV.3.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico</i>	47
<i>IV.3.2. Programa de Políticas Públicas</i>	58
<i>IV.4. Centro de Informação</i>	71
<i>V. Orçamento</i>	Erro! Indicador não definido.

O Plano Trienal 2008-2010 da AS-PTA resulta de um amplo processo de reflexões internas e com os parceiros institucionais da entidade. Ele reflete a reafirmação de uma concepção estratégica e de uma estrutura organizacional que vem orientando o conjunto do trabalho da instituição ao longo dos três últimos trienais. Ao mesmo tempo, incorpora atualizações no plano das prioridades temáticas e nos procedimentos de gestão interna, procurando adequar a intervenção institucional ao novo contexto sócio-político no qual a entidade desenvolve suas atividades.

Na formulação das orientações expressas neste documento foram valorizadas recomendações sobre a ação institucional oriundas de avaliação externa recentemente realizada e os subsídios gerados a partir das interações com os membros das instâncias diretivas da instituição.

I. Balanço do Trienal 2005-2007

A AS-PTA alcançou nos últimos três anos avanços importantes no cumprimento dos objetivos planejados para o período, embora tenha atuado em um contexto marcado por condições particularmente adversas no que se refere às disponibilidades orçamentárias e a incidência delas sobre a capacidade operacional do conjunto da entidade. A reconstituição das condições políticas e operacionais do Programa Paraná cobrou da entidade esforços concentrados durante os dois primeiros anos do período. Essas iniciativas que não se inscreviam no horizonte das atividades previstas para o triênio foram essenciais para a reconstrução do equilíbrio da estrutura organizativa da AS-PTA e, por consequência, da vigência de suas estratégias institucionais.

Programas locais

A permanente atualização das capacidades propositivas da AS-PTA está diretamente vinculada aos exercícios e vivências que a instituição desenvolve por meio de seus programas locais. Essa é a razão pela qual a entidade continua atribuindo a esses programas um lugar central em sua estratégia.

Em que pesem as condições e os ritmos distintos de evolução dos programas locais do Paraná e da Paraíba, o triênio foi particularmente positivo do ponto de vista da produção de novas referências potencialmente generalizáveis ao movimento agroecológico brasileiro. O primeiro campo de acumulação se fez em torno do debate sobre o papel das organizações dos agricultores na promoção da agroecologia e do desenvolvimento local. A AS-PTA tem postulado como princípio estratégico que o enfrentamento do modelo dominante de desenvolvimento e a construção das alternativas para a agricultura familiar dependem essencialmente dos papéis que vierem a assumir as próprias organizações dos produtores em todas as escalas e formas de atuação. Essa questão, no entanto, só muito recentemente começa a ser incorporada pelas próprias organizações parceiras da AS-PTA em seus programas locais. Esse reconhecimento é o resultado do reposicionamento das organizações frente às dinâmicas inovadoras em suas bases sociais, que se constituíram como resultado de longos processos de maturação política catalizados pela experimentação agroecológica. A vinculação bem sucedida entre as estruturas organizativas e os processos sociais que lhes dão sustentação política vem chamando a atenção e despertando o interesse de movimentos e organizações nacionalmente estruturados.

O segundo campo de acumulação está relacionado à abordagem conceitual e metodológica para analisar as estratégias econômicas da agricultura familiar e orientar tecnicamente a transição agroecológica. Essa abordagem analítica foi desenvolvida e exercitada pela AS-PTA em seus programas locais visando estabelecer comparações entre os caminhos da agroecologia e do agronegócio para a viabilização econômica da agricultura familiar. Por essa via permitiu politizar as experiências dos agricultores desenvolvidas nos programas locais, situando-as no debate sobre modelo de desenvolvimento.

Esse tipo de reflexão torna-se particularmente relevante no atual cenário de avanço do agronegócio nas regiões de atuação dos programas locais. Diante da inexistência de políticas públicas que ofereçam alternativas ao desenvolvimento autônomo para a agricultura familiar, as empresas do setor de insumos e de transformação industrial se prevalecem dos instrumentos de políticas vigentes (sobretudo o crédito) para atrair a agricultura familiar a formas de integração subordinada às suas próprias estratégias de

acumulação de capital. A análise comparativa das estratégias econômicas das famílias tem permitido dar materialidade aos debates sobre modelo de desenvolvimento ao sistematizar da realidade imediata as evidências da superioridade do caminho da agroecologia como via para a sustentabilidade socioambiental e econômica dos sistemas produtivos.

Simultaneamente, as análises das diferentes estratégias econômicas de famílias que optaram pelo caminho da agroecologia permitiram requalificar o debate sobre relações com os mercados, sobretudo ao evidenciar que as estratégias mais sustentáveis passam necessariamente pela diversidade produtiva. Os programas locais exercitaram essas estratégias ao assessorarem as organizações dos agricultores parceiras tanto na constituição de novos circuitos mercantis como na otimização dos circuitos já existentes como canais para o escoamento da diversidade produtiva.

Projeto Agricultura Urbana

O Projeto de Agricultura Urbana consolidou nos últimos três anos sua estratégia de regionalização na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tomando como base a parceria com a Pastoral da Criança. O exercício da ação em parceria com as agentes da pastoral permitiu à AS-PTA amadurecer um ponto de vista sobre os conceitos e enfoques metodológicos para o aproveitamento de espaços urbanos na produção de alimentos visando à complementação nutricional de famílias de baixa renda que vivem nas periferias das grandes metrópoles.

O programa investiu esforços na sistematização desses enfoques que resultaram na produção de vários materiais de síntese metodológica, em particular um documento apresentado ao II ENA e um vídeo produzido para o Congresso Nacional da Pastoral da Criança.

A parceria com a Pastoral da Criança, que originalmente foi concebida como um projeto piloto gerador de referências metodológicas para posterior disseminação no âmbito nacional, evoluiu para a constituição de uma ação complementar da Pastoral em nível nacional intitulada “hortas caseiras”. As iniciativas da AS-PTA na área de agricultura urbana têm sido incorporadas também pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como uma referência inovadora na formulação de políticas de segurança alimentar para populações em situação de risco social nas grandes metrópoles.

A equipe do Projeto de Agricultura Urbana teve um papel determinante na articulação da delegação do estado do Rio de Janeiro ao II ENA. O processo preparatório dessa delegação baseou-se na sistematização e troca de experiências de diferentes grupos e organizações do estado envolvidos na promoção da agroecologia. Esse processo permitiu alcançar, pela primeira vez, a criação de um núcleo de articulação no estado fundamentado em práticas concretas de comunidades rurais e urbanas. Após o II ENA esse núcleo manteve uma rotina de reuniões com base num programa de intercâmbios entre experiências.

Programas Transversais

O exercício das transversalidades institucionais através dos programas de políticas públicas e desenvolvimento metodológico teve nos últimos três anos um importante ponto de concentração no processo preparatório, na realização e nos desdobramentos do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA).

O II ENA inscreveu-se como um dos objetivos centrais do Plano Trienal 2005-2007 da AS-PTA, cujas estratégias enfatizam a construção de redes abertas, ativas e coesas como um dos componentes essenciais do fortalecimento social, técnico-metodológico e político da alternativa agroecológica. A AS-PTA participou de todas as fases e em diversos âmbitos da organização do II ENA, fazendo-se presente na coordenação nacional da ANA, integrando e sediando o seu núcleo executivo bem como coordenando quatro dos seis grupos de trabalho temáticos: financiamento e desenvolvimento rural; manejo da biodiversidade e dos recursos naturais; construção do conhecimento agroecológico; e informação. Além disso, esteve também a cargo da coordenação do estudo nacional sobre impactos econômicos da incorporação da agroecologia aos sistemas familiares de produção.

Ao participar desses espaços temáticos, a AS-PTA pôde valorizar coletivamente seus acúmulos institucionais gerados nos programas locais e no debate sobre políticas no plano nacional, aportando contribuições tanto no plano metodológico como na formulação dos conteúdos.

A contribuição principal que a AS-PTA aportou à ANA e à realização do II ENA em particular situa-se no campo das concepções e métodos de construção do movimento agroecológico. A idéia central subjacente à concepção defendida pela entidade na ANA é que a constituição desse movimento deve ser orientada “de baixo para cima”, a partir das iniciativas localizadas de promoção da agroecologia nos diferentes biomas do país. Essas iniciativas têm demonstrado que o fortalecimento de suas capacidades individuais é maior quando elas estão articuladas em redes com outras iniciativas similares em suas próprias regiões.

Do ponto de vista da AS-PTA, cabe à ANA articular essas redes locais e regionais em escalas crescentes até o plano nacional. Essa idéia de organização da sociedade civil é inovadora, pois atribui às experiências concretas e aos seus promotores um papel de destaque como protagonistas do movimento social. Associadas a ela estão as noções de respeito e valorização das diversidades e de horizontalidade das relações entre movimentos e organizações. Ao colocar as experiências dos produtores como eixo polarizador dos debates que levam a constituição do movimento, essa concepção inverte a tradicional lógica de organização social ainda muito centrada na retórica discursiva e, por isso, pouco sensível às singularidades e às capacidades de inovação e mobilização política das bases sociais.

Durante todo o período, a AS-PTA permaneceu ativa em diferentes espaços de debate sobre políticas públicas. Destacam-se, desse ponto de vista, as iniciativas em torno da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Nesse plano, as ações mantiveram-se voltadas para o acompanhamento e mobilização política em torno aos trâmites da legislação sobre biossegurança, em particular os procedimentos de regulamentação da lei no tocante à composição e às atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Em que pesem as orientações francamente favoráveis aos interesses das empresas do atual governo, a Campanha alcançou quebrar o monolitismo da composição da CTNBio através da participação de representantes da sociedade civil e do ministério público e da constituição no interior da comissão de um atuante grupo de “biovigilantes”. Esse grupo conseguiu instaurar a contradição dentro da comissão, tornando os processos decisórios menos expeditivos e mais transparentes, inclusive através da realização de audiências públicas em torno a processos de liberação comercial de variedades transgênicas. A correlação de forças desfavorável

prevalente no interior da CTNBio foi até certo ponto contrabalançada pela Campanha através da propositura bem sucedida de ações judiciais que invalidaram decisões da comissão, como foi o caso da liberação comercial do milho Liberty Link da empresa Bayer.

No período, a AS-PTA esteve presente também no apoio à construção da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), um espaço da sociedade civil destinado a articular o campo acadêmico atuante sob a perspectiva agroecológica. A constituição da ABA abre uma possibilidade inédita para que pesquisadores, extensionistas e professores polarizem o debate sobre construção do conhecimento agroecológico a partir das instituições acadêmicas em que estão inseridos profissionalmente ao mesmo tempo em que se vinculem de forma orgânica e autônoma com o campo agroecológico articulado pela ANA. A construção da ABA converge com a perspectiva estratégica na qual a AS-PTA vem investindo há muitos anos voltada para influenciar o paradigma que organiza as instituições acadêmicas relacionadas ao desenvolvimento rural.

A abordagem metodológica para a promoção da igualdade de gênero foi apontada na agenda do trienal como um tema de acumulação coletiva. Em razão dos descompassos na evolução do Programa Paraná durante o período, não foi possível retomar a análise dos diferentes temas transversais agendados. O mesmo ocorreu em relação ao tema de gênero. Esse tema foi objeto de reflexão pela equipe do Programa Paraíba e seus parceiros locais. Ainda no curso do trienal 05-07 está prevista a realização de um seminário regional sobre a incorporação do enfoque de gênero pelas organizações do Pólo Sindical da Borborema. O tratamento da questão no seminário será feita mediante o debate de experiências concretas de mudanças positivas nas relações de gênero tanto nas famílias quanto nas próprias organizações resultantes da participação ativa das mulheres nas redes locais de inovação agroecológica. Esse seminário fornecerá subsídios adicionais à AS-PTA para finalizar a elaboração de um documento de síntese que apresente os fundamentos teóricos que orientam seu método de ação nesse campo.

A reconstituição das condições de funcionamento do Programa Paraná, tanto em termos de repactuação de uma nova estratégia de ação com os parceiros locais como pela recomposição da equipe local, criou a partir de meados de 2006 as condições que faltaram no período anterior para que os fluxos de transversalidade entre os diferentes programas institucionais pudessem ser restabelecidos. Em que pesem os resultados positivos na retomada das transversalidades, a AS-PTA não logrou no período trienal constituir uma agenda coletiva capaz de mobilizar o conjunto dos programas em torno a temas de acumulação institucional.

Crise financeira e desenvolvimento institucional

Desde sua criação, no início dos anos 90, a AS-PTA vem obtendo sucesso na mobilização dos recursos financeiros necessários para custear as atividades delineadas em seus planejamentos. Essa evolução assegurou à entidade um nível satisfatório de estabilidade institucional, que por sua vez proporcionou a constituição de uma equipe técnica que pôde consolidar suas capacidades profissional e política nos seguidos anos em que operou de forma coesa e com muito baixo nível de rotatividade entre seus membros. Essa estabilidade institucional tem sido igualmente indispensável para o amadurecimento das relações de parceria com organizações locais da agricultura familiar, condição essa que vem se revelando fundamental para

que elas assumam progressivamente o protagonismo nos processos de desenvolvimento local.

No curso do último triênio, sobretudo a partir do segundo semestre de 2006, a AS-PTA se deparou com déficits orçamentários de caráter estrutural que obrigaram a entidade a desenvolver esforços significativos para mobilizar fundos para superar no curto prazo os desequilíbrios financeiros. Embora esses esforços tenham resultado positivamente na cobertura das necessidades mínimas para a preservação da integridade da instituição, os recursos levantados não foram suficientes para o cumprimento da totalidade das atividades previstas. Pelo contrário, como os recursos foram captados contra a prestação de serviços e consultorias, introduziram atividades não previstas na agenda institucional. Além disso, esses fundos não respondem às necessidades de superação dos condicionantes estruturais dos déficits orçamentários. A persistência desse quadro de crise estrutural e de busca de soluções conjunturais, no médio prazo conduzirá inexoravelmente à desestabilização da instituição.

As raízes dessa crise estão associadas aos dois fatores principais. Em primeiro lugar, a supervalorização do real frente a moedas estrangeiras. Em segundo lugar, a introdução, pelo Governo Federal, de fortes restrições normativas à utilização dos recursos vinculados a convênios com organismos oficiais. A valorização do real representou nos dois últimos anos perdas cambiais da ordem de 20%. As tendências no horizonte do próximo trienal indicam a permanência da política monetária vigente, com a correspondente manutenção da taxa de câmbio flutuando em torno aos níveis atuais.

Como referido no trienal passado, a AS-PTA realizou esforços para diversificar as suas fontes financeiras nacionais e estrangeiras como estratégia para minimizar riscos de descontinuidade e assegurar a estabilidade orçamentária. A crescente captação de recursos junto a programas governamentais apresentou-se durante algum tempo como o caminho mais fecundo para tanto, frente ao cenário de relativa retração dos mecanismos de apoio da cooperação internacional no Brasil.

Até 2006, a alocação dos recursos governamentais nos convênios com as entidades da sociedade civil foi regulada por mecanismos flexíveis de gestão. O enrijecimento das normas de regulação dos convênios a partir de 2006, representou para a entidade, assim como para o conjunto das organizações do terceiro setor (nele incluídas entidades de agricultores e movimentos sociais), a introdução de estrangulamentos burocráticos e exigências processuais para a execução orçamentária desproporcionais aos montantes alocados e à natureza das atividades financiadas. Essa situação inesperada acabou por conduzir à imobilização dos recursos nas contas das entidades até que as mesmas pudessem estruturar condições para atender aos requerimentos normativos.

Embora a AS-PTA tenha conseguido captar montantes significativos de recursos pela via dos convênios governamentais, nessas circunstâncias esses recursos constituíram um fator de desequilíbrio e enrijecimento orçamentário da entidade. O fato de representar no orçamento da entidade nos dois últimos exercícios em torno de 30% das disponibilidades financeiras dá a medida da grandeza desse desequilíbrio. Agregasse a esse fato, a impossibilidade de alocação desses recursos ao pagamento de pessoal e infra-estrutura, o que dá a medida do grau desse enrijecimento.

Diante do cenário atual que também se projeta para o futuro, desde já a AS-PTA incorpora em sua agenda um conjunto de iniciativas visando ao enfrentamento das raízes da crise:

- a participação ativa da entidade na mobilização das organizações da sociedade civil para a negociação de propostas de um novo marco legal que regule os convênios celebrados entre o Estado e as entidades civis. A AS-PTA representa a ANA na comissão nacional de ONGs e movimentos sociais constituída para esse fim.
- a formulação de uma estratégia de desenvolvimento institucional que seja capaz de ajustar sua estrutura organizativa a procedimentos inovadores de captação de recursos e de ampliação do leque de parcerias.
- A instalação de diálogos com as instituições da cooperação internacional parceiras da AS-PTA visando ao enfrentamento compartilhado dos riscos associados ao futuro do projeto comum que fundamenta as parcerias.

II. Contexto sócio-político

1) O contexto sócio-político em que o Plano Trienal 2008-2010 da AS-PTA se institui é marcado pela dominância do seguinte cenário:

- O setor do agronegócio mantém a iniciativa sobre as orientações do Estado e reafirma sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico.
- Em que pese o fortalecimento da perspectiva agroecológica nos movimentos sociais do campo e suas ativas intervenções nos debates sobre as políticas públicas, a produção rural de base familiar, tomada globalmente, vem sendo crescentemente subordinada às racionalidades técnicas e econômicas do agronegócio através de variadas formas de integração produtiva, mercadológica e financeira;
- As orientações das políticas governamentais estão essencialmente voltadas para o reposicionamento do papel econômico do país no cenário internacional, sobretudo como exportador de *commodities* agrícolas semi-processadas.
- Revertidas as expectativas de convergência de projetos de desenvolvimento entre a sociedade civil e o governo Lula, as relações de parceria Sociedade X Estado mantêm-se restritas a enclaves de cooperação política. Se, por um lado, essas iniciativas são dinamizadoras de processos sociais inovadores, por outro, são insuficientes para promover uma nova correlação de forças que permita a superação dos obstáculos institucionais e políticos ao pleno acesso das organizações sociais aos mecanismos e recursos para a promoção do desenvolvimento.
- O enfoque agroecológico vem sendo crescentemente incorporado em diferentes organizações da sociedade e do Estado como uma referência crítica ao modelo de desenvolvimento rural dominante. Essas organizações têm diante de si o desafio de traduzir essa referência em estratégias metodológicas capazes de disseminar novos padrões de desenvolvimento rural por meio de processos sociais de base. Ao atuar como instância galvanizadora de redes regionais e movimentos sociais do campo, a Articulação Nacional de Agroecologia chama para si o papel de estimular a construção dessas

estratégias por meio da valorização e articulação das experiências de inovação agroecológica em curso em todas as regiões do país.

2) Na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento próprio que implemente políticas orientadas ao fortalecimento das estruturas econômicas internas em benefício de uma lógica eqüitativa de repartição das riquezas socialmente criadas, o Estado brasileiro abre mão de assumir o seu papel como ente gestor de um projeto de sociedade, tornando-se refém das determinações de curto prazo que, com o passar do tempo, se transformaram na essência da política. Esse padrão de gestão pública implica a submissão às pressões das relações político-econômicas dominantes, sejam elas internas ou externas. Ao mesmo tempo, ela é indicativa da incapacidade do governo de implementar políticas sociais vinculadas a uma perspectiva de superação estrutural da pobreza pela via da promoção do desenvolvimento democrático e sustentável.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal iniciativa de investimentos públicos anunciada para o segundo mandato do Governo Lula, reitera as orientações que vêm sendo atribuídas à agricultura de exportação como principal atividade propulsora da economia nacional. Tal como foi concebido, o PAC está destinado a subsidiar as condições necessárias, sobretudo as de infra-estrutura, para que o agronegócio tenha reforçado seu papel como agente nesse processo. Outra evidência desse alinhamento estratégico do governo se expressa no fato de que o volume de financiamento público para o custeio anual das lavouras e para a intensificação do capital produtivo da agricultura empresarial vem crescendo ano a ano, sendo a maior parte desses recursos alocados às culturas de exportação.

O crescente papel do agronegócio exportador na configuração da balança comercial brasileira se traduz também na avanço das fronteiras agrícolas sobre os ecossistemas naturais, principalmente na Amazônia e nos Cerrados. Além dos inestimáveis danos ambientais, essa dinâmica expansiva da agricultura empresarial avança igualmente sobre os territórios ocupados tradicionalmente pela produção familiar rural, o que está na base do recrudescimento dos conflitos agrários, cuja geografia coincide em largos traços com a realocação produtiva do agronegócio. A expansão dos chamados “desertos verdes” das monoculturas de *pinus* e eucalipto é uma das expressões mais recorrentes desse processo nas várias regiões do país.

Associadas à expansão territorial das monoculturas, as políticas governamentais orientam-se vigorosamente para fomentar novas cadeias produtivas, em especial as destinadas à produção de agrocombustíveis, seja a partir da valorização de cultivos tradicionais, como a soja e a cana-de-açúcar, seja pelo estímulo ao plantio de novas espécies com esse potencial. Essas políticas reiteram a orientação agroexportadora, uma vez que foram concebidas para responder à crescente demanda por novos combustíveis dos Estados Unidos e dos países europeus.

Esse padrão de ocupação dos territórios rurais com base na especialização produtiva e nos grandes empreendimentos capitalistas faz convergir o interesse privado de maximização do lucro no curto prazo do setor do agronegócio com a estratégia governamental de captação de divisas públicas destinadas a realimentar o crescimento da economia. A essência perversa dessa racionalidade econômica se manifesta numa aparente contradição entre índices empregados na medida do desenvolvimento. Dados oficiais evidenciam que enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio apresenta crescimento vertiginoso no curto prazo, os Índices de Desenvolvimentos

Humano (IDH) nos territórios de expansão das monoculturas permanecem baixos ou mesmo em queda.

Diante dessa contradição, cabe indagar sobre as condições que têm permitido ao agronegócio gerar os resultados econômicos apresentados à sociedade como a demonstração do alto índice de eficiência na alocação dos recursos naturais e dos recursos públicos investidos no desenvolvimento. Com efeito, mesmo descontados os elevados custos socioambientais pagos pela sociedade, os lucros privados do agronegócio derivam fundamentalmente de subsídios gerados com recursos públicos (crédito, infra-estruturas, pesquisa, marketing político etc.). Não fosse o suporte público, o agronegócio não alcançaria se sustentar economicamente no longo prazo. Esse fato se evidencia nas recorrentes mobilizações do agronegócio e de seus representantes no Congresso Nacional pressionando pelo perdão de dívidas sempre que as conjunturas climáticas, do câmbio e da demanda internacional lhes são desfavoráveis.

Além de induzirem à desorganização das economias locais e à expropriação dos territórios ocupados por populações tradicionais, as políticas voltadas para o fortalecimento do agronegócio têm se traduzido na crescente subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais. Essa subordinação se manifesta à montante pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais e à jusante através dos contratos de integração a mercados especializados. Essas duas formas de dependência têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato esse que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no abandono da atividade agrícola.

Embora o atual governo destine cifras recordes de financiamento específico à agricultura familiar, esses recursos têm sido alocados, sobretudo, para favorecer o atrelamento da produção familiar como elo subsidiário das cadeias agroindustriais. Nesse contexto, os maiores beneficiários desses recursos têm sido os setores industriais e de serviços vinculados ao agronegócio.

Ao desorganizar e fragilizar economicamente a agricultura familiar pela via da especialização produtiva, as políticas em curso têm retirado dela a sua capacidade de cumprir com múltiplas funções econômicas, ecológicas e sócio-culturais responsáveis pela sua reprodução como categoria social. Ao mesmo tempo, subtrai à sociedade os benefícios associados a essas funções que historicamente vêm sendo desempenhadas pela agricultura familiar na produção diversificada de alimentos, na conservação da biodiversidade, na geração de empregos, na preservação de expressões culturais locais, entre outras.

Contrariamente às expectativas da sociedade civil de reversão de prioridades sociais e enfoques para o desenvolvimento rural, o governo Lula tem procurado amparar ideologicamente as suas orientações políticas na proposição da possível convivência equilibrada entre dois modelos de desenvolvimento rural que correspondem ao agronegócio e à agricultura familiar. Essa retórica da coexistência tem como efeito ocultar da agricultura familiar a sua crescente subordinação ao agronegócio e de legitimar as orientações governamentais perante a sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo, confirma ao agronegócio suas expectativas em torno ao papel preponderante que ele está chamado a desempenhar nas políticas de desenvolvimento.

3) Ao colocar no centro dos debates, por meio da apresentação de experiências concretas, a oposição entre o agronegócio e a produção familiar agroecológica como expressão material de dois modelos de desenvolvimento, o II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA) trouxe para a ordem do dia do movimento agroecológico duas grandes questões de caráter estratégico:

Em primeiro lugar, a necessidade de enfrentar o agronegócio tanto no campo das políticas públicas como no campo ideológico. Para tanto, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) está empenhada em fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil de lutar pela implementação de propostas em defesa da agroecologia construídas com base em convergências entre os diferentes movimentos sociais e redes regionais a ela integradas.

A segunda questão diz respeito ao enfoque político-metodológico para a construção dessas convergências no ambiente de enormes diversidades que caracteriza a ANA. O desenvolvimento da ANA e a crescente amplitude social e geográfica das redes a ela associadas, permitiu que essas diversidades fossem reconhecidas ao mesmo tempo em que elas passaram a dar sentido a um projeto de desenvolvimento que vem sendo assumido por populações rurais em suas múltiplas identidades sócio-culturais. Essa evolução vem sendo possível graças à centralidade atribuída às experiências de manejo dos agroecossistemas e aos seus promotores na ativação dos processos de intercâmbio entre os diferentes grupos, organizações, redes e movimentos envolvidos na ANA.

Esse enfoque vem sendo crescentemente reconhecido e incorporado como um método capaz de valorizar as diversidades e delas tirar partido na construção de convergências em torno a estratégias e propostas de ação articulada. O emprego desse método vem produzindo resultados irradiadores no que se refere à renovação e fortalecimento do movimento agroecológico brasileiro. Por outro lado, permanecem como grande desafio para o campo agroecológico, o exercício e o aprimoramento desse método por movimentos sociais do campo e por redes estaduais e/ou regionais de ONGs. As práticas tradicionais que orientam a produção de conhecimentos e as opções político-organizativas desses movimentos e redes tendem a ser pouco sensíveis à experimentação social e às estratégias que elas suscitam implicitamente. A predominância de abordagens generalistas fundadas em propostas universalizantes tem sido incapazes de incorporar as estratégias e projetos inscritos nas diversificadas formas como as populações locais enfrentam seus problemas e constroem suas identidades. O aprofundamento dessa questão como objeto de reflexão e exercício na ANA, incide sobre a essência da proposta agroecológica como enfoque portador de conceitos e métodos para a leitura e a ação sobre as realidades. A centralidade dessa questão no horizonte atual da ANA desafia as organizações e as redes a reverem seus métodos de ação de forma valorizar em suas estratégias as capacidades políticas e de inovação que se exprimem em suas bases sociais.

4) O novo triênio de programação da AS-PTA se abre em uma conjuntura na qual a democratização das relações Sociedade X Estado permanece como um tema central na agenda de debates da sociedade civil. As políticas do Estado continuam sendo marcadas predominantemente por uma ambivalência nessas relações: de um lado, a participação da sociedade civil nos espaços de formulação e monitoramento das políticas públicas é fortemente valorizada e estimulada pelo Estado. Por outro, cristalizam-se crescentes limitações que comprometem a efetividade desses mesmos

espaços e restringem as capacidades da ação autônoma das organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos, pastorais, associações de base, sindicatos etc.).

Em que pese o inegável avanço que tem sido alcançado através da participação das organizações da sociedade civil nos espaços oficiais de debate e concertação política, eles têm apresentado baixa capacidade de enfrentar as questões estruturais que organizam o padrão dominante de ocupação e uso social dos territórios rurais. Temas essenciais propostos pela sociedade civil, tais como a reforma agrária, o modelo tecnológico e a degradação socioambiental gerada pelo agronegócio não têm sido efetivamente tratados nesses âmbitos. Dessa forma, a presença da sociedade civil nesses espaços situa-se permanentemente em um equilíbrio instável entre legitimação e participação plena, esta última entendida como um meio de democratização dos processos decisórios sobre os rumos da sociedade.

Outra manifestação dos bloqueios institucionais à plena participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento têm sido os mecanismos de acesso e gestão de fundos públicos no quadro de convênios celebrados entre organismos do Estado e organizações civis. Também nesse caso, as políticas do atual governo refletem a mesma ambivalência que tem suas raízes na hegemonia dos interesses privados sobre a alocação e os mecanismos jurídico-administrativos de gestão dos recursos públicos. Alguns nichos de inovação política no interior do governo federal (Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, Companhia Nacional de Abastecimento) concebem programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e afinados com o enfoque agroecológico e chamam a sociedade civil para participar de sua implementação. Em contrapartida, os espaços politicamente hegemônicos no próprio governo (Ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura etc.) reafirmam e ampliam as restrições à democratização do uso dos recursos para o desenvolvimento através de normativas e regulamentos. Os organismos oficiais que procuram inovar nesse campo se revelam incapazes de pesar na correlação de forças no interior do governo no sentido de remover essas restrições e as organizações da sociedade civil que se propõem a gerir recursos públicos tornam-se prisioneiras de uma trama burocrática que coloca sérios bloqueios e ameaças de instabilidade institucional. A continuidade desses mecanismos têm gerado um círculo vicioso de dependência financeira ao Estado, obrigando as organizações da sociedade civil a carregarem grande parte de suas energias para atender às necessidades de curto prazo de sobrevivência institucional em detrimento de suas capacidades de atuar de forma pro - ativa e autônoma.

Apesar da progressiva dominância do capital agroindustrial e financeiro sobre as orientações e instrumentos de execução das políticas agrícola e agrária do atual governo, permanecem abertas margens de influência e de negociação que podem abrir perspectivas concretas para o avanço da proposta agroecológica. O fortalecimento da coesão e das capacidades de expressão e de proposição do campo agroecológico é uma condição para que essas margens políticas sejam exploradas.

III. Estratégia e objetivos para o Trienal 2008-2010

A estrutura organizativa da AS-PTA está concebida para exercitar uma estratégia voltada para a promoção dos sistemas produtivos familiares agroecológicos como base para o desenvolvimento rural sustentado no Brasil. Para o cumprimento dessa estratégia, a entidade atua no sentido de estimular a disseminação de experiências de

desenvolvimento local e a articulação entre elas para que, ao mesmo tempo, se inspirem mutuamente e alcancem crescentes níveis de influência sobre as políticas que orientam os padrões de ocupação e uso dos territórios rurais.

Programas locais

Os programas locais da AS-PTA assumem nessa estrutura um lugar de destaque. Eles funcionam como espaços de experimentação técnica, metodológica e sócio-organizativa a partir dos quais a entidade renova suas capacidades propositivas para contribuir com a construção de redes e movimentos sociais que compõem o campo agroecológico brasileiro. Os objetivos propostos para esses programas no curso dos dois últimos triênios estiveram relacionados ao aumento de escala social e geográfica da incorporação da agroecologia pelas famílias agricultoras que integram a base social das organizações parceiras da AS-PTA. Os dois programas locais alcançaram esses objetivos, tendo ambos irradiado efeitos dos processos de inovação agroecológica a milhares de famílias de dezenas de municípios nas regiões em que estão presentes.

Ao mesmo tempo em que houve um crescimento expressivo do número de famílias que incorporaram as inovações em seus agroecossistemas, o aumento de escala configurou um universo heterogêneo de estágios de transição agroecológica entre as famílias. Enquanto muitas famílias alcançam incorporar de forma combinada um grande conjunto de inovações, reestruturando por completo os seus sistemas produtivos e gerando efeitos positivos sobre os seus funcionamentos econômicos e ecológicos, a maioria adota um número limitado de propostas inovadoras. Face a esse contexto, a AS-PTA e as organizações parceiras locais se colocam para o próximo período a necessidade de apoiar as famílias na intensificação agroecológica de seus sistemas. Associa-se a esse objetivo, a continuidade dos processos de irradiação das redes regionais de inovação agroecológica através da integração a elas de novas famílias e comunidades.

À semelhança dos programas desenvolvimento local, o projeto de agricultura urbana da AS-PTA logrou nos últimos triênios aumentar a escala de abrangência de suas ações ao promover a regionalização de sua inserção comunitária, sobretudo através da parceria estabelecida com a Pastoral da Criança. Na prática, essa regionalização significou a irradiação das experiências de manejo produtivo de quintais domésticos de três para dezessete comunidades. O principal desafio que o projeto se coloca para o próximo triênio é o de intensificar as práticas de aproveitamento produtivo dos quintais às redes de experimentação e intercâmbio em agricultura urbana. Paralelamente, serão desenvolvidas ações orientadas para a ampliação dessas redes com a incorporação de novas famílias e comunidades a elas.

Os programas transversais

Os programas transversais da entidade exercem na estratégia da AS-PTA um papel sintetizador dos acúmulos institucionais gerados, sobretudo, nos programas locais. É através desses programas, portanto, que a entidade constrói as referências políticas e metodológicas que orientam sua ação no apoio à constituição do movimento agroecológico. Para cumprir com essa função, esses programas constroem suas prioridades de ação em torno a temas que estejam presentes na agenda dos programas locais e dos seus parceiros e que ao mesmo tempo se inscrevem no movimento agroecológico como eixos mobilizadores dos interesses de suas organizações. A atualização dos temas tratados transversalmente na entidade é

realizada por ocasião da formulação dos Planos Trienais, procurando restabelecer o ajustamento entre a agenda particular dos programas locais e os eixos mobilizadores gerais do movimento agroecológico no plano nacional que tem na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sua expressão orgânica.

No presente trienal os seguintes temas serão tratados transversalmente pelo conjunto da entidade:

- Monitoramento da transição agroecológica

Os diferentes níveis de avanço da transição agroecológica alcançados pelas famílias e comunidades rurais nas áreas de atuação da AS-PTA devem ser compreendidos como distintos caminhos estratégicos assumidos por elas próprias para estruturarem seus sistemas de produção e suas economias de forma mais sustentável. Esses caminhos são condicionados por limitações e oportunidades que se diferenciam entre elas.

A avaliação dessas trajetórias através de exercícios sistemáticos de monitoramento se apresenta na atual conjuntura dos programas como uma condição para que as oportunidades sejam ampliadas e as limitações possam ser superadas por um número crescente de famílias. Esse monitoramento é entendido pela AS-PTA como um instrumento multifuncional de construção compartilhada do conhecimento que pode ser empregado, entre outros, na gestão das propriedades pelos agricultores, na orientação das estratégias técnicas de transição pelos programas e seus parceiros locais e na formulação de propostas de políticas públicas que venham a dar sustentação aos processos de transição.

O esforço concentrado de monitoramento que será empreendido no período se apoiará nas referências conceituais e metodológicas sistematizadas pela AS-PTA a partir de exercícios realizados em seus programas locais.

- Financiamento da transição agroecológica

As restrições financeiras das famílias agricultoras se apresentam como um dos grandes obstáculos para que elas reestruturem suas propriedades permitindo que avancem na transição agroecológica. Ao mesmo tempo, políticas de financiamento compatíveis constituem uma condição para a disseminação em escalas amplas desses processos de transição.

A maior parte dos recursos alocados pelas políticas de crédito vigentes para a agricultura familiar permanece orientada para o custeio de insumos e serviços para lavouras anuais e não para o financiamento das condições necessárias para a construção de infra-estruturas ecológicas que tornem os agroecossistemas mais autônomos em relação a esses insumos e serviços. A efetivação das iniciativas inovadoras de crédito recentemente instauradas pelo MDA para a agroecologia esbarram na incompreensão e frequentemente na resistência dos agentes oficiais de mediação da política, sobretudo os sistemas de extensão rural e os agentes financeiros locais.

Para além desses descompassos, o Estado não tem incorporado em suas formulações nem criado os mecanismos legais para a institucionalização das práticas inovadoras comunitárias de mobilização e gestão de recursos que se expressam na forma de fundos solidários destinados ao financiamento da transição agroecológica.

Na medida em que o desafio de aprofundar os processos de transição agroecológica está colocado como eixo central na estratégia deste triênio, essa questão merecerá lugar de destaque na agenda de reflexão e ação transversal da AS-PTA e seus parceiros. Os exercícios de monitoramento da transição trarão elementos para subsidiar essas reflexões e orientar a participação das organizações da agricultura familiar parceiras e da AS-PTA nos espaços de formulação e debate das políticas para o desenvolvimento rural tanto nos espaços vinculados à ANA como nos fóruns oficiais.

- Acesso a mercados

Sendo a diversificação produtiva uma condição essencial das estratégias de transição agroecológica, a criação de circuitos mercantis capazes de absorver grande amplitude de produtos apresenta-se como a contrapartida nos mercados da reestruturação que se processa no âmbito das propriedades familiares. Isso significa dizer que a ausência de canais de comercialização com essa capacidade antepõe obstáculos estruturais ao acesso aos mercados das famílias que diversificam suas propriedades. Por outro lado, as iniciativas inovadoras voltadas para tirar partido das oportunidades já existentes nos mercados e de estruturar circuitos mercantis geridos de forma autônoma pelas famílias têm exercido papel estimulador da produção diversificada.

As práticas de acesso da agricultura familiar a diferentes circuitos de comercialização têm evidenciado que os mercados locais são aqueles em que ela exerce maior capacidade de negociação e valorização de suas produções. Esses ambientes são para ela mais transparentes do ponto de vista da formação dos preços e dos agentes que interferem na esfera da circulação dos produtos. Nesse sentido, além de absorver a produção diversificada da agricultura familiar, os mercados locais permitem às famílias agregarem mais valor ao seu próprio trabalho na venda de seus produtos.

No curso deste trienal, os programas da AS-PTA terão como um de seus focos prioritários de atenção o apoio às organizações parceiras para o desenvolvimento de estratégias para a diversificação dos canais de comercialização para a agricultura familiar e para aperfeiçoar suas capacidades de gestão de empreendimentos comerciais coletivos. Simultaneamente, subsidiará as organizações com vistas à ampliação e consolidação dos programas governamentais de abertura dos mercados institucionais locais aos produtos da agricultura familiar de base ecológica.

- Promoção da igualdade de gênero

As dinâmicas de inovação agroecológica impulsionadas a partir da ação dos programas locais da AS-PTA têm sido capazes de proporcionar a criação de ambientes sociais favoráveis à participação ativa das mulheres no âmbito das famílias bem como nos espaços coletivos. Esses ambientes são constituídos pela conformação de redes de produção e circulação de conhecimentos associados à promoção da agroecologia. Dentre os novos conhecimentos da realidade gerados através dessas redes, emerge o reconhecimento da capacidade inovadora das mulheres, seus papéis como gestoras de recursos produtivos, de produtoras de riquezas, de mantenedoras da biodiversidade, e de assegurar a saúde e a segurança alimentar da família.

A AS-PTA e seus parceiros locais não realizaram um esforço sistemático de sistematização dos fundamentos das abordagens metodológicas que vêm empregando

para alcançar esses resultados positivos. Avançar nesse esforço de sistematização compartilhada apresenta-se no atual momento da trajetória dos programas como uma condição para que essas abordagens sejam aprimoradas e consolidadas. É um meio também para que a entidade esteja mais ativamente presente nos debates sobre gênero com base em suas próprias formulações extraídas da análise das experiências de seus programas.

- Promoção da agrobiodiversidade e enfrentamento dos transgênicos

Esses temas permanecem na agenda transversal da AS-PTA em função do papel estratégico que eles exercem tanto nas estratégias locais de promoção da transição agroecológica quanto no âmbito das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural. As políticas liberalizantes em relação aos transgênicos postas em prática pelo governo resultaram numa forte expansão da área plantada com esses organismos. Além dessa expansão, amplia-se o leque de cultivos transgênicos a espécies largamente cultivadas pela agricultura familiar, como são os casos do milho e do algodão. A inelutável contaminação genética das variedades tradicionais e os insondáveis riscos à saúde pública decorrentes da liberação comercial dessa tecnologia, se associam à intensificação sem precedentes dos mecanismos geradores de dependência tecnológica e econômica da agricultura familiar. Essa evolução reitera a necessidade de intensificação de estratégias voltadas para a construção de atores políticos coletivos que sejam capazes de a um só tempo incorporar as dinâmicas sociais de conservação e uso da agrobiodiversidade e a dimensão política da defesa das sementes crioulas e a luta contra os transgênicos. Na prática, isso significa motivar movimentos e redes do campo agroecológico articulados à ANA a assumirem essas estratégias em suas agendas de luta junto às suas bases sociais quanto e aos poderes públicos. A participação da AS-PTA na Campanha Brasil Livre de Transgênicos estará orientada fundamentalmente para o fortalecimento de suas capacidades de mobilização social, sobretudo junto às organizações e movimentos sociais do campo. A experiência acumulada pelos programas locais da AS-PTA nesses temas, constituirá uma referência técnica e metodológica para a implementação dessa estratégia nas redes regionais nas quais os programas estão inseridos.

- Estratégia de financiamento

Para continuar colocando em prática a sua estratégia, a AS-PTA se coloca no horizonte deste triênio o enfrentamento e a resolução das restrições financeiras de ordem estrutural que têm nos últimos anos, e crescentemente, limitado o alcance dos seus objetivos institucionais. Os riscos associados a essas restrições podem implicar a desestruturação do capital institucional acumulado. Essa questão assume, portanto, um estatuto político vital nos próximos três anos.

Objetivos gerais do Plano Trienal 2008-2010

- Intensificar a transição agroecológica nas propriedades e comunidades integradas ao processo de aumento de escala das redes de agricultores-experimentadores a partir da ação dos programas locais.
- Apoiar a consolidação da ANA nos planos político e organizativo.
- Implementar uma estratégia de mobilização de recursos financeiros de fontes diversificadas de modo a reverter a situação de risco institucional a que a entidade está confrontada.

IV. Plano de Ação

IV.1. Programas de Desenvolvimento Local

IV.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano

1. Balanço Trienal 2005-2007

O Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba deu continuidade e intensificou suas ações para fortalecimento das condições institucionais e políticas para a efetivação de sua estratégia de aumento de escala social e geográfica de sua abrangência à totalidade dos 16 municípios que integram o Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

O Pólo Sindical da Borborema, que tem sido nos últimos anos foco de atenção prioritária do programa, assistiu o fortalecimento de sua capacidade de atuação como ator de articulação regional das organizações da agricultura familiar. Nos últimos três anos o Pólo logrou constituir as condições jurídicas e políticas para atuar nessa perspectiva e criou as condições para que as organizações a ele vinculadas avançassem em suas práticas voltadas à promoção do desenvolvimento em suas respectivas áreas de atuação. Cabe destacar nessa evolução, as iniciativas de alguns sindicatos que incorporaram de forma mais sistemática a promoção da Agroecologia em seus municípios. Para tanto, introduziram modificações em suas formas organizativas para levar a frente esse tipo de trabalho junto às comunidades. Entre essas modificações, quatro sindicatos (Massaranduba, Queimadas, Alagoa Nova e Arara) constituíram comissões temáticas para organizar os processos de experimentação e formação agroecológica. Somados aos três sindicatos que anteriormente já adotavam esse método organizativo, mais da metade dos sindicatos atualmente vinculados ao Pólo tem assumido efetivamente, em diferentes níveis, ações no campo da promoção do desenvolvimento agroecológico.

A incorporação dessa nova perspectiva de ação pelos sindicatos vinculados ao Pólo foi fortemente influenciada pelas experiências acumuladas no período anterior pelos sindicatos de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, e pelas capacidades que tiveram as lideranças do Pólo de transformar essas experiências em objeto de reflexão dos demais sindicatos da região. O tema da ação sindical entrou com força na agenda do Pólo, dando lugar a processos de sistematização e intercâmbio entre as diretorias de diferentes sindicatos. Esses processos acabaram por culminar, no segundo semestre de 2006, no I Encontro do Movimento Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia no Pólo da Borborema. Desde então novos intercâmbios vêm sendo realizados permitindo o aprimoramento das práticas metodológicas de ação das organizações sindicais e/ou a mobilização de outros sindicatos a iniciarem programas próprios voltados para a promoção da agroecologia.

A experiência do Pólo de agregar um conjunto de organizações da agricultura familiar no território da Borborema, convergindo suas capacidades políticas e materiais para a promoção do desenvolvimento local vem sendo crescentemente reconhecida em diferentes espaços do movimento sindical da agricultura familiar. Lideranças do Pólo vêm sendo demandadas a apresentar e debater a experiência regional tanto junto a

sindicatos municipais quanto no encontro nacional da Contag, com a participação de todas as federações estaduais.

Desde a sua constituição como pessoa jurídica, o Pólo vem celebrando parcerias com diferentes organismos do Estado. Se, por um lado, essas parcerias abriram a possibilidade para o Pólo se viabilizar do ponto de vista financeiro, por outro lado, elas vieram acompanhadas de exigências no campo burocrático desproporcionais às capacidades administrativas instaladas. Além da excessiva carga normativa, a rigidez dos procedimentos operacionais gerou em algumas situações profundas incoerências entre os projetos financeiros e as necessidades específicas do Pólo. Assim instituídas, essas parcerias terminaram por absorver parte significativa das capacidades operacionais da equipe técnica do Pólo e da AS-PTA na gestão administrativa e financeira dos projetos.

Outro importante acontecimento no campo das organizações da região nos últimos anos foi a fundação da Eco-Borborema, uma associação regional de agricultores(as) produtores de alimentos ecológicos. Essa associação, também vinculada ao Pólo, assumiu o tema da comercialização que até então vinha sendo tratado no âmbito da comissão de cultivos ecológicos do Pólo. Com o surgimento da associação, o debate regional sobre as estratégias de comercialização de alimentos ecológicos ganhou um fórum próprio capaz de definir normas e procedimentos para a regulação coletiva das relações das famílias com os diferentes mercados.

As ações do programa em parceria com o Pólo favoreceram a irradiação dos processos comunitários de transição agroecológica, envolvendo um número crescente de famílias e de grupos em torno das formas associativas de fortalecimento das economias familiares. Os resultados positivos dos processos de transição tornaram-se evidentes durante a seca ocorrida em 2006, em parte significativa da região abrangida pelo Pólo. Nas áreas de sua maior incidência, os contrastes existentes entre as propriedades que ingressaram e que não ingressaram em trajetórias de transição agroecológica foram nítidos. As primeiras demonstraram maior capacidade de abastecimento alimentar e de água de boa qualidade para uso doméstico, de manutenção dos rebanhos, dos estoques de sementes etc. As estratégias de estoques de recursos e outras medidas anti-risco incorporadas nessas propriedades atenuaram os efeitos desestruturadores da seca sobre os sistemas e as vidas das famílias e asseguraram melhores condições comparativas para uma mais rápida recomposição de produção no ciclo agrícola de 2007, fato esse que se comprovou com as boas condições climatológicas do ano em curso.

Os efeitos positivos da estratégia agroecológica para a convivência com o semi-árido evidenciados nessa conjuntura climática desfavorável foram objeto de reflexão no Pólo. Ao mesmo tempo em que essas evidências fortalecem o trabalho de promoção da Agroecologia junto às bases sociais na região, elas ressaltaram o papel essencial que pode vir a ser desempenhado pelas políticas públicas e as iniciativas comunitárias na construção de maiores níveis de estabilidade dos sistemas produtivos, quando os mecanismos de regulação da oferta e de manutenção descentralizada dos estoques de recursos produtivos são mobilizados de forma eficiente.

Nos últimos anos o Programa Um Milhão de Cisternas permaneceu como um componente importante de mobilização comunitária para o abastecimento das demandas de água para o consumo doméstico. As políticas da Conab de garantia de preço e de compra direta às famílias asseguraram a constituição de estoques de

seguridade de sementes que abasteceram os bancos comunitários e favoreceram o acesso de grupos organizados de produtores ecológicos a mercados institucionais. Os fundos rotativos solidários se multiplicaram e diversificaram seus objetivos, aumentando o acesso das famílias a recursos para o investimento em infra-estruturas para o desenvolvimento local.

No campo do manejo dos recursos hídricos, a ampliação das capacidades de estocagem de água aumentou a segurança hídrica das famílias. Somente em 2006 foram construídas 1.000 cisternas acopladas com bombas manuais, o que elevou para 4.300 o número de famílias beneficiadas na região com essa infra-estrutura, ou seja, um acréscimo de 30% no ano (os dados de 2007 ainda não estão disponíveis). As bombas manuais não só exercem um efeito positivo sobre a assepsia da operação de retirada da água das cisternas, mas também reduzem o esforço físico dessa operação que, em geral, é realizada pelas mulheres.

As práticas inovadoras de produção e armazenamento de forragens, que até 2005 vinham sendo incorporadas com maior intensidade em comunidades de Solânea e Soledade, irradiaram-se a partir de 2006 para outros municípios do Pólo. O ano seco se manifestou particularmente efetivo em Solânea e Soledade, praticamente impedindo a produção forrageira no período. Para manter os seus rebanhos, as famílias que haviam inovado nesse campo lançaram mão dos estoques constituídos no ano anterior. Em 2006, em que pese os efeitos da seca, 90 famílias em nove municípios produziram e estocaram seiscentas toneladas de forragem, na forma de fenos, farelos e silagem. Ao final de 2007 tem-se a expectativa de que esse número seja pelo menos duas vezes superior uma vez que as condições climáticas apresentaram-se melhores.

A comissão saúde e alimentação do Pólo também desenvolveu atividades destinadas a aumentar a estabilidade alimentar e nutricional das famílias, atenuando os efeitos comuns da sazonalidade climática sobre a disponibilidade de alimentos.

A rede de bancos de sementes comunitários no Pólo consolidou-se no triênio, tendo atingido em 2006 o número de 82 bancos abrangendo 3080 famílias. Essa rede vem funcionando como um espaço de articulação e aprendizado entre as comunidades, o que tem proporcionado a melhoria continuada dos processos coletivos de gestão dos estoques comunitários. Esses estoques vêm servindo como fontes de regularização da disponibilidade de sementes de qualidade para as famílias sócias, garantindo o aproveitamento integral dos ciclos chuvosos. Uma inovação verificada nos anos recentes foi a introdução de sementes de espécies forrageiras nos bancos como estratégia de fortalecimento da produção de alimentação para os animais.

O tema do acesso aos mercados foi outro que mereceu especial destaque na programação da equipe local da AS-PTA no período. As estratégias de comercialização do grande leque de produtos presente em propriedades em transição agroecológica têm se ancorado na construção ou revalorização de múltiplos canais mercantis, nos quais as famílias e grupos se inserem e tiram partido de acordo com suas estratégias econômicas. Nos dois últimos anos, foram criadas três novas feiras agroecológicas, atingindo um total de nove feiras na região. A primeira foi no município de Remígio, mobilizando particularmente famílias de assentamentos rurais, e a segunda foi em Campina Grande. Em seu conjunto, as setenta famílias feirantes escoaram 800 toneladas de 70 diferentes produtos próprios e de mais 190 famílias fornecedoras. O faturamento médio por família foi de cinco mil reais no ano, o que

equivale a um salário mínimo por mês por família feirante. Cabe destacar também a presença nesse universo de 40 mulheres feirantes.

Outro circuito comercial melhor explorado nos últimos três anos foi o dos mercados institucionais. Além de configurarem-se como novos canais para a venda de produtos tradicionalmente comercializados pela agricultura familiar da região, esses mercados criaram a possibilidade de venda de novos produtos. Entre eles estão as sementes de variedades locais e forrageiras para a constituição de estoques dos bancos de sementes e grãos para a elaboração da multimistura. Todos esses mercados institucionais foram acessados através do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar mantido pela Conab. Por meio desse mecanismo em 2006 cinquenta e seis famílias venderam produtos para a merenda escolar, para a confecção de multimistura e para os bancos de sementes comunitários. Depoimentos de diretoras das escolas beneficiadas com o programa evidenciam a melhoria dos padrões de qualidade dos alimentos ofertados às crianças.

O avanço dos processos de transição agroecológica na região tem se traduzido no aumento da demanda por sementes e mudas necessárias para a recomposição dos sistemas produtivos. Sementes de essências florestais e adubos verdes (gliricídia e moringa, sobretudo) e mudas têm sido demandadas por um número crescente de famílias. Essa demanda criou um mercado local que vem sendo atendido pelas famílias que já se encontram em estágios avançados da transição agroecológica.

O processamento artesanal de produtos (doces, fitoterápicos, etc.) tem sido também um item da diversificação produtiva e das fontes de renda da agricultura familiar. Esses produtos vêm sendo escoados tanto nas feiras como por clientelas próprias das famílias e têm igualmente um efeito sobre a segurança alimentar das mesmas na medida em que lhes garante o acesso a esses produtos ao longo do ano.

O crescimento da produção agroecológica e a diversificação dos canais de comercialização tornou necessária e economicamente viável a aquisição de um caminhão para transportar os produtos entre os pólos de produção e comercialização. Essa proposta vem sendo negociada no âmbito do programa de desenvolvimento territorial financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outra estratégia de comercialização que vem sendo exercitada pelo Pólo refere-se à exploração de produtos específicos, tirando partido dos mecanismos de valorização econômica em cadeias produtivas. Esse é o caso, por exemplo, da produção de algodão orgânico que apresenta boas perspectivas de ganhar densidade e efeito de escala na região através da articulação dessa iniciativa com outras que vêm sendo desenvolvidas em distintos estados do Nordeste.

As experiências com os Fundos Rotativos Solidários vêm sendo exercitadas já há alguns anos na região de forma estreitamente associada à implementação do Programa Um Milhão de Cisternas. Essa foi a razão pela qual esse tema vinha sendo tratado exclusivamente pela comissão de recursos hídricos do Pólo. Atualmente são identificados 107 fundos rotativos Solidários Geridos por 205 comunidades presentes nos municípios abrangidos pelo Pólo. Mais recentemente, sobretudo nos últimos três anos, com a alocação dos recursos dos fundos rotativos já constituídos em outras ações para além das cisternas, esse mecanismo de financiamento passou a alavancar as estratégias de intensificação e diversificação produtiva dos agroecossistemas. Por exemplo: constituíram-se fundos para financiamento de telas, para a estruturação dos

arredores de casa e a produção de aves, para o financiamento de infra-estruturas para a apicultura, para a produção caseira de fitoterápicos, etc. Frente a essa diversificação de propósitos, o tema dos fundos rotativos passou a ser tratado no âmbito das estratégias conjuntas de promoção da agroecologia e não mais como um mecanismo específico voltado para viabilizar a construção de cisternas.

Ao ampliar a vocação dos fundos rotativos, o Pólo abriu o debate sobre o papel deles como instrumento das políticas públicas para o financiamento do desenvolvimento local. As diversificadas experiências acumuladas na Paraíba passaram a referenciar as negociações iniciadas com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, e em outros espaços de debate sobre políticas como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um dos desdobramentos imediatos desse novo enfoque foi a criação, pelo Banco do Nordeste, de uma experiência piloto voltada para a criação e/ou o fortalecimento de iniciativas de fundos rotativos solidários. Para viabilizar uma dessas iniciativas piloto, o Pólo conveniou uma parceria com o Banco para fortalecer a capacidade financeira de alguns fundos da região para que eles financiem ações coordenadas pela comissão de saúde e alimentação orientadas à promoção da segurança alimentar.

A ampliação da abrangência social e temática dos fundos trouxe para a ordem do dia a necessidade de sistematizar e consolidar as experiências de gestão coletiva desses recursos, de forma que elas possam subsidiar o estabelecimento de mecanismos permanentes de administração de poupanças comunitárias voltadas para o investimento na transição agroecológica ou para atender emergências conjunturais.

Durante o triênio 2005-2007 o programa local da AS-PTA manteve-se ativo no fortalecimento de redes e articulações do campo agroecológico que se estruturam para além de sua área de abrangência prioritária. As ações nesse campo foram assumidas de comum acordo e conjuntamente com o Pólo, que também incorporou em sua própria estratégia de constituição a necessidade desse tipo de articulação em rede. As articulações se efetivaram em três escalas geográficas: no estado da Paraíba, por meio da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB), no Nordeste brasileiro, por meio da ASA-Brasil e da Rede Ater-NE, e em escala nacional, através da ANA.

Foi possível verificar-se no período grande evolução na construção metodológica da ASA-PB e das redes microrregionais a ela vinculadas. A valorização das experiências concretas (positivas e negativas) como meio de referenciar debates políticos e subsidiar a elaboração de estratégias de ação coletiva é o aspecto central do método já amadurecido na ASA-PB. Esse enfoque que combina a reflexão sobre experiências particulares com o debate sobre o modelo de desenvolvimento se expressou concretamente na organização de um conjunto de eventos de âmbito estadual. Os eventos do Dia Mundial da Água, quando a proposta da transposição do rio São Francisco foi contrastada com as experiências de gestão descentralizada dos recursos hídricos promovidas pelas organizações da ASA-PB; as Festas da Semente da Paixão, que colocaram em evidência o debate sobre agrotóxicos e transgênicos a partir da realização de um vídeo sobre experiências positivas e negativas no estado e de depoimentos presenciais realizados por agricultores e agricultoras; o Encontro Paraibano de Agroecologia, realizado em 2006 como atividade preparatória para o II ENA, colocou igualmente em debate o modelo hegemônico de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, evidenciou o potencial da proposta agroecológica por meio da apresentação de experiências concretas realizadas no estado.

No conjunto da região Nordeste, a AS-PTA manteve estreitas relações por meio de duas redes: a ASA-Brasil e a Rede Ater-NE. A AS-PTA contribuiu logística e metodologicamente para a condução dos processos preparatórios do II ENA no semi-árido que teve na ASA-Brasil um de seus principais organizadores locais. A contribuição da entidade à ASA-Brasil também vem se concentrando no apoio à concepção, elaboração e coordenação do projeto P1+2, que está destinado a fomentar intercâmbios entre dinâmicas inovadoras de promoção da agroecologia no semi-árido brasileiro.

A entidade tem assessorado processos de formação em agroecologia de técnicos(as) das 13 entidades integradas à Rede Ater-NE. Durante o triênio foram realizados três módulos desse processo de formação, sendo o último organizado pela AS-PTA e pelo Pólo (até o final de 2007 será realizado um quarto evento). O processo tem gerado um impacto positivo significativo do processo de formação sobre as concepções e práticas de várias entidades de assessoria agroecológica articuladas à Rede. No geral, os técnicos alegam um efeito positivo da incorporação dos métodos para análise sistêmica exercitados durante os módulos de formação em suas práticas cotidianas de promoção da agroecologia junto a comunidades rurais nas respectivas áreas de atuação.

2. Objetivos estratégicos para o triênio

Intensificar a transição agroecológica nas propriedades e comunidades articuladas às dinâmicas de inovação promovidas pelas redes de agricultores-experimentadores no Agreste da Paraíba.

Apoiar a consolidação da ASA-PB, da ASA-Brasil e da Rede Ater-NE nos planos metodológico, político e organizativo.

Objetivos Específicos

- Apoiar as famílias envolvidas nas redes de inovação na região do Pólo da Borborema a intensificarem suas trajetórias de transição agroecológica e, ao mesmo tempo, favorecer o ingresso de um número crescente de famílias agricultoras da região nas dinâmicas de inovação técnica e sócio-organizativa.
- Apoiar o Pólo e suas organizações no desenvolvimento de estratégias para a diversificação dos canais de comercialização e para aperfeiçoar suas capacidades de gestão de empreendimentos comerciais coletivos, assim como, para a ampliação e consolidação dos programas governamentais destinados à abertura dos mercados institucionais locais aos produtos da agricultura familiar de base ecológica.
- Fortalecer a capacidade de atuação Pólo como articulador regional das organizações da agricultura familiar atuantes na promoção da agroecologia.
- Apoiar o Pólo e suas organizações no desenvolvimento de políticas voltadas à promoção da equidade das relações sociais de gênero no âmbito das famílias agricultoras e nos espaços coletivos.
- Intensificar as ações do programa de comunicação social já em curso no Agreste da Paraíba ao qualificar o uso das rádios locais como meio para o Pólo

e suas organizações disseminarem regionalmente informações sobre suas ações e sua proposta de desenvolvimento rural para a região

- Apoiar o fortalecimento das comissões temáticas de sementes e recursos hídricos e as redes estaduais de saúde e alimentação, abelha e de feiras agroecológicas da ASA-PB com vistas à irradiação das dinâmicas sociais de inovação agroecológica no estado da Paraíba.
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades metodológicas de entidades de assessoria vinculadas à ASA-Brasil e à Rede Ater-NE nos seguintes campos: monitoramento dos impactos econômicos da transição agroecológica de propriedades familiares; sistematização de experiências de transição agroecológica; articulação de redes de inovação baseadas na ação de agricultores-experimentadores.
- Implementar sistema de monitoramento dos impactos econômicos da transição agroecológica da região do Pólo da Borborema.

3. Linhas de Ação e Metas

O Programa continuará organizando sua intervenção segundo as mesmas linhas de ação adotadas no triênio 2005-2007, que são elas:

3.1. Formação

Nesta linha estão descritas as atividades que envolvem, principalmente, a construção do conhecimento agroecológico, referenciadas nas distintas experiências que estão sendo desenvolvidas por agricultores e agricultoras familiares no Agreste da Borborema. A sistematização deste conhecimento permitirá, também, identificar a demanda por novos conhecimentos, que poderão ser aportados de centros de pesquisa e da academia como estratégia de fortalecer o processo de experimentação das famílias que estão conduzindo seus sistemas para a transição agroecológica.

As atividades se voltarão principalmente para o intercâmbio de experiências de agricultor para agricultor e entre suas organizações e serão pautadas por dois eixos temáticos, quais sejam: as estratégias técnicas de condução dos sistemas e as estratégias político-metodológicas.

A formação no campo técnico tem por objetivo aprofundar e disseminar os conhecimentos agroecológicos desenvolvidos nas diversas experiências dos agricultores experimentadores para apoiar técnica e metodologicamente as famílias agricultoras a conduzirem os processos de transição produtiva de seus agroecossistemas.

A formação político metodológico tem por objetivo: articular lideranças de agricultores para sistematizar e intercambiar experiências inovadoras em curso na região; estudar os diferentes estratégias e métodos de organização de ação política e de organização dos agricultores familiares; analisar as políticas públicas oficiais e seus impactos sobre a sustentabilidade da agricultura familiar; promover políticas que contemplem a equidade de gênero nas organizações e nas famílias agricultoras.

- 191 Visitas de Intercâmbio de agricultor para agricultor sobre experiências em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema

agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, saúde e alimentação, educação ambiental e experiência de processamento de produtos agroecológicos para integração dos circuitos comerciais. Cada visita poderá ocorrer com agricultores na mesma comunidade, entre comunidades ou entre municípios, participarão em cada uma, em média, 20 agricultores e agricultoras.

- 23 Viagens de Intercâmbio sobre experiências em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, saúde e alimentação, educação ambiental e experiência de processamento de produtos agroecológicos para integração dos circuitos comerciais. As viagens de intercâmbio são para agricultores e agricultoras do Agreste da Borborema conhecerem experiência de outras famílias agricultoras ou instituições de outros estados ou regiões. Em cada viagem participarão, em média, 28 agricultores e agricultoras experimentadores.
- 483 Oficinas com práticas em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, saúde e alimentação, educação ambiental e experiência de processamento de produtos agroecológicos. Participarão em cada oficina, em média, 25 agricultores, agricultoras, jovens e crianças do Agreste da Borborema.
- 15 Encontros Regionais sobre Manejo da água, Biodiversidade, Sistemas Agroflorestais, Cultivos Ecológicos, Meliponicultura e Apicultura, Manejo da Criação Animal, Quintais, Beneficiamento, Acesso aos mercados e das Feiras Agroecológicas, Jovens, políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Cada encontro encontro tem por objetivo reunir agricultores e agricultoras, lideranças comunitária e sindicais da Borborema, com intuito de discutir e aprofundar temas específicos, relacionados ao processo de inovação curso na região, participarão, em média, 60 pessoa por cada evento.
- 11 Encontros Estaduais sobre Manejo da água, Biodiversidade, Sistemas Agroflorestais, Cultivos Ecológicos, Meliponicultura e Apicultura, Manejo da Criação Animal, Quintais, Beneficiamento, Acesso aos mercados e das Feiras Agroecológicas, Jovens, políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. São eventos que pretendem reunir agricultores e agricultoras experimentadores, lideranças e/ou técnico do estado da Paraíba para intercambiarem as experiências desenvolvidas em suas localidades e instituições. Participarão de cada evento 60 pessoas.

3.2. Experimentação

A transição agroecologia dos sistemas de produção familiares em curso na Borborema tem sido possível graças a construção e intercâmbio do conhecimento gerado pelos agricultores e agricultoras experimentadores. Porém este processo de construção de conhecimento referendado na experimentação, requer, na maioria das vezes, uma mudança na estrutura das unidades familiares. Incorporação de novas práticas de manejo e implementação de tecnologia, são algumas das demanda para o sucesso da produção familiar agroecológica. O crescimento da produção agroecológica, vem impulsionando também, uma demanda por insumo para apoiar às estratégias de beneficiamento e comercializações da produção.

Neste sentido a AS-PTA vem ao longo de sua história de ação na Paraíba, mobilizando esforços e recursos para apoiar com insumos as famílias de agricultores

experimentadores. Este apoio material além viabilizar o processo experimentação local permite que as famílias desenvolvam estratégias organizativas para gestão de recursos comunitários. Estratégias que permitem o aumento de escala das experimentações, que por sua vez a ganhar a dimensão de um processo de inovação social para promoção do desenvolvimento da região. Nesta dimensão passam também a serem referência para a elaboração de políticas públicas de financiamento da transição agroecológica dos sistemas familiares de produção.

Pretende-se continuar dando este apoio material para que as famílias incorporem um maior número de inovações em seus sistemas, evoluindo para níveis melhores de sustentabilidade, bem como, para permitir que novas famílias façam parte deste processo na região da Borborema.

No triênio, a seguinte atividade será conduzida nessa linha de ação:

Distribuição de insumos e execução de serviços para a experimentação, beneficiando ao todo 5.500 famílias de agricultores-experimentadores.

3.3. Comunicação Social

A comunicação social exerce importante papel na dinamização do processo acima citado, pois é através de suas atividades e nos materiais produzidos onde se organiza o conhecimento das experiências dos agricultores e agricultoras. Materiais pedagogicamente preparados para facilitar e potencializar a comunicação entre os agricultores.

Estes materiais são o suporte para o desenvolvimento do processo de formação, pois, como dito, podem ser usados como materiais pedagógico pelas famílias, seja em uma visita de intercâmbio, um evento comunitário, ou até mesmo em eventos regionais. Além de apoiarem diretamente na mobilização das famílias agricultoras e no trabalho de divulgação do projeto local de desenvolvimento, com nos casos dos programas de rádio.

- Elaboração, produção, reprodução e distribuição de 12.500 cartilhas para divulgação de experiências de desenvolvimento agroecológico desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras experimentadores.
- Elaboração, produção e distribuição de 3 vídeos com tiragem de 900 cópias para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras experimentadores.
- Reprodução de 900 cópias de vídeos para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras experimentadores.
- Elaboração, produção, reprodução e distribuição de 63.000 Boletins Informativos para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras experimentadores.
- Elaboração, produção e distribuição de 3 títulos de calendários e 3 títulos de agendas anuais para divulgação das experiências agroecológicas.

- Elaboração, produção e distribuição de materiais diversos de comunicação como painéis fotográficos, banners, campanhas de rádio, maquetes, mapa, mostruários e outros para divulgação de experiências de agroecológicas.
- Compra e/ou elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico para fortalecimento das experiências agroecológicas.

3.4. Mobilização do Conhecimento

Envolve atividades voltadas à atualização das informações referentes ao avanço do Programa de Desenvolvimento Local nos plano técnicos, metodológico e sócio-organizativos. É por meio destas atividades que os conteúdos da formação são permanentemente atualizados e aprimorados. Estas são atividades que por natureza envolvem o coletivo de agricultores e agricultoras e suas organizações diretamente atuantes na dinâmica regional.

Exercita-se a construção coletiva do conhecimento através dos diagnósticos participativos a partir de temas de interesse dos agricultores e suas organizações. Também desenvolvem-se, estudos e pesquisas que muitas vezes com apoio de instituições oficiais de pesquisa.

- 269 Reuniões de avaliação e planejamento das comissões temáticas, da coordenação executiva e ampliada do Pólo da Borborema e da Articulação do Semi-árido Paraibano.
- 05 Estudos sobre produtividade e conservação da agrobiodiversidade (sementes da paixão) cultivadas pela agricultura familiar, análise microbiológicas e bromatológicas de alimentos agroecológicos, sazonalidade da produção para comercialização e integração da agricultura familiar aos mercados, ação dos jovens e crianças dentro da agricultura familiar e sobre a Incidência das Políticas Públicas de crédito na sustentabilidade econômica da transição agroecológica dos agroecossistemas familiares.
- 01 Monitoramento de Impactos Econômico, Ecológico e Social das ações de promoção do Desenvolvimento Territorial com Base na Agroecologia;
- Constituição de um banco de dados georeferenciado das experiências agroecológicas no Agreste da Borborema.

3.5. Articulação em redes

Essa linha de ação, também denominada de PMA – Planejamento, monitoramento e avaliação de redes – refere-se às atividades voltadas à gestão operacional e política das redes de agricultores-experimentadores nas regiões de abrangência do Agreste da Paraíba e dos semi-áridos paraibano e brasileiro. Essas atividades serão planejadas e executadas em parceria com organizações vinculadas ao Pólo Sindical da Borborema, à ASA-PB e à ASA-Brasil. Essas organizações são entendidas neste projeto como mediadoras de redes, ou seja, como instituições que atuam no sentido de facilitar a interação entre grupos de agricultores-experimentadores de diferentes municípios, regiões e estados.

- 12 Reuniões de avaliação e planejamento das Comissões de Recursos Hídricos e Sementes e da Coordenação da ASA-PB. Participarão 40 lideranças comunitárias e sindicais, técnicos e técnicas de 15 entidades ligadas a ASA-PB.
- 02 Encontros Paraibanos de Agroecologia. Tem por objetivo reunir 200 agricultores e agricultoras, lideranças e assessores da agricultura familiar de todo o estado para favorecer o intercâmbio de conhecimento e planejar ações articuladas de promoção da agroecologia no estado.
- 02 Encontros estaduais sobre abordagens metodológicas das Redes de Agricultores Experimentadores. Apoiar a formação em agroecologia do quadro de pessoal das organizações de acessória à agricultura familiar no estado, com 50 participantes.
- 01 Encontro Nordeste sobre estratégias de conservação da agrobiodiversidade no semi-árido e estratégias de acesso aos mercados pela agricultura familiar.
- Participação nos encontros anuais da ASA Brasil, da Rede Abelha Nordeste, Rede ATER NE. Objetiva continuar apoiando a formação dos técnicos e técnicas das organizações que assessoram a agricultura familiar no Nordeste.

Conteúdos das linhas de ação

As atividades de Formação, Experimentação, Comunicação e Mobilização do Conhecimento se desenvolverão em torno a temas mobilizadores das dinâmicas sociais de inovação técnica e sócio-organizativa. São temas que foram se definindo nos últimos anos por meio de processos participativos de diagnóstico da realidade e de planejamento e monitoramento de atividades envolvendo a AS-PTA e as organizações de agricultores familiares congregadas no Pólo Sindical da Borborema. Eles são tanto de natureza técnica quanto de natureza político-metodológica. São eles:

1) Temas técnicos:

- Água – aborda as questões técnicas e organizativas relacionadas ao aumento da oferta descentralizada de água nas propriedades e comunidades rurais de forma a que as necessidades de consumo humano (beber, cozinhar, outros usos domésticos) e agropecuário (para os animais e para a agricultura) das famílias de agricultores sejam atendidas de forma satisfatória e estável.
- Sementes – abrange o trabalho na área de resgate, armazenamento, intercâmbio e pesquisa de variedades das espécies tradicionalmente cultivadas no semi-árido paraibano. Tem por objetivo apoiar as organizações da agricultura familiar a expandirem e qualificarem os sistemas de seguridade de sementes nas comunidades rurais.
- Cultivos ecológicos – orienta-se para apoiar grupos de agricultores-experimentadores no desenvolvimento e na disseminação de inovações nos sistemas de cultivos, tornando-os independentes de agroquímicos, permitindo que os custos de produção decresçam e que se melhore a qualidade biológica dos alimentos produzidos.
- Agrofloresta – orientado para a rearborização das propriedades familiares com espécies vegetais de múltiplo uso (cerca viva, fontes forrageiras, lenha, estacas para construção, frutas etc.).

- Apicultura e meliponicultura – destinado a apoiar famílias da região em dinâmicas de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas para a intensificação da produção e para o beneficiamento e a comercialização de mel nas propriedades e comunidades rurais.
- Criação animal – articula grupos de agricultores-experimentadores em torno às dinâmicas de inovação nos sistemas de produção de médios e grandes animais (caprinos, ovinos, bovinos, eqüinos).
- Saúde e alimentação das famílias agricultoras – relaciona-se aos temas ligados à intensificação da produção de alimentos e fitoterápicos nas propriedades e comunidades rurais. O trabalho nesse campo temático tem grande potencial mobilizador das mulheres agricultoras.
- Comercialização e beneficiamento – dedica-se à construção de estratégias técnicas e sócio-organizativas voltadas à melhoria do acesso aos mercados e à agregação de valor e conservação dos produtos da agricultura familiar.

2) Temas político-metodológicos:

- Desenvolvimento sustentável e políticas públicas – abrange a leitura crítica sobre os rumos do desenvolvimento rural e promove reflexões sobre a formulação de um perfil alternativo de políticas públicas.
- Gênero – Volta-se para o debate sobre políticas de promoção de equidade entre gêneros nos programas de desenvolvimento rural.

As atividades de “Articulação em Redes” serão desenvolvidas com o intuito de fomentar relações horizontais de mútuo aprendizado e de articulação política entre organizações e redes atuantes na promoção da Agroecologia no semi-árido paraibano, via ASA-PB, e no conjunto do semi-árido brasileiro (11 estados), via ASA-Brasil.

4. Meios de verificação

A avaliação e o monitoramento do desempenho do Programa serão realizados em dois níveis:

- a) Na equipe: a equipe fará o monitoramento sistemático do andamento do Programa em suas reuniões semanais e, de forma mais detida, ao final de cada semestre;
- b) Em conjunto com o Pólo e com a ASA-PB – essas avaliações se farão anualmente e constituirão também momentos para o planejamento das atividades do ano seguinte.

Os seguintes indicadores serão empregados para acompanhar o desempenho do Programa:

- Número de eventos realizados e número de participantes (discriminando por gênero);
- Número e tiragem dos meios de comunicação produzidos;
- Número de famílias que incorporam pelo menos uma inovação agroecológica a seus sistemas produtivos;

- Número de Fundos Rotativos Solidários Implementados no Agreste da Paraíba;
- Número de famílias beneficiadas pelos Fundos Rotativos Solidários implementados no Agreste da Paraíba;
- Número de Bancos de Sementes Comunitários implantados;
- Número de famílias associadas aos Bancos de Sementes Implantados;
- Número de intercâmbios realizados com organizações de outras regiões do semi-árido paraibano e brasileiro;
- Número de artigos e textos produzidos

IV.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina

1. Contexto e balanço dos últimos três anos

1.1. Antecedentes

A evolução do programa no trienal 2002-2004 foi marcada pela emergência de obstáculos de natureza político-cultural que se interpuseram à concepção institucional voltada para o estímulo à ação coletiva de organizações da agricultura familiar fundada em processos descentralizados de participação de suas bases sociais. Esses obstáculos se manifestaram, na prática, nas mediações pessoais e institucionais através das quais esses processos descentralizados deveriam se exprimir e se expandir. Concretamente, o que se verificou foi um progressivo descolamento entre a ação dos grupos de base e as organizações articuladoras no nível regional congregadas no Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná que deveriam assegurar e irrigar a permanência e o reconhecimento social do papel e do lugar das lideranças regionais nos processos locais e regionais de promoção do desenvolvimento sustentado e da agroecologia.

Uma inflexão na trajetória evolutiva anterior do programa foi gerada, na medida em que ocorreu o enfraquecimento dos estreitos vínculos que até então alimentaram mutuamente processos de base e as articulações político-organizativas na escala regional. Essa inflexão se manifestou objetivamente em dois âmbitos: a) no local, onde grupos comunitários deram continuidade às suas dinâmicas de experimentação e inovação, mas deixaram progressivamente de se referenciar às instâncias regionais de articulação organizadas pelo Fórum e seus setores; b) no plano regional, onde os setores organizados do Fórum passaram, cada qual, a constituir e implementar agendas e prioridades não construídas a partir das questões concretas que mobilizam socialmente os grupos locais.

Essa evolução resultou em três processos negativos: 1) a perda de legitimidade das lideranças regionais junto às bases sociais; 2) a tendência ao isolamento social dos grupos de base, comprometendo suas capacidades de expressão coletiva e; 3) o isolamento mútuo entre os representantes dos setores organizados que constituíam a coordenação do Fórum.

1.2. A gestão da crise política

Atenta à evolução da crise política do Fórum e no sentido de reverter as suas tendências de aprofundamento, a direção da AS-PTA interveio assumindo a coordenação direta do programa no ano de 2005. Essa medida foi necessária uma vez que o longo processo de debate interno na AS-PTA não foi capaz de superar os impasses estabelecidos entre o antigo coordenador do programa local e o Conselho de coordenação da entidade (instância constituída pela direção executiva e os coordenadores de programas), tendo esse último que se decidir pelo afastamento do coordenador local em dezembro de 2004.

Os programas transversais da entidade também foram chamados a contribuir nesse processo de reconstrução política e metodológica do programa local, tendo também eles investido parte significativa de suas energias no apoio à equipe local, em particular ao orientar à recondução de seu plano de atividades segundo os princípios estratégicos e metodológicos defendidos pela instituição.

Diante do quadro de impasse político no Fórum e para não ter bloqueada a sua capacidade de intervenção, a AS-PTA definiu suas novas estratégias de ação com vistas à redinamizar e rearticular os grupos de base envolvidos na experimentação agroecológica.

1.3. A agenda positiva junto aos parceiros locais

No ano de 2005, os esforços do programa foram orientados no sentido de manter uma agenda voltada para o acompanhamento dos grupos comunitários integrados às dinâmicas de inovação agroecológica. Essa agenda esteve essencialmente dirigida à continuidade das atividades de formação técnica e metodológica em torno aos temas mobilizadores das redes de agricultores-experimentadores na região: manejo da agrobiodiversidade, manejo ecológico dos solos e agroflorestas.

Desde o início de 2006 a equipe local da AS-PTA reassumiu integralmente a gestão dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação do programa. Essa evolução se fez possível pela convergência de dois fatores: em primeiro lugar, a consolidação das novas estratégias de ação regional da AS-PTA, com o reposicionamento da entidade frente aos seus parceiros locais; em segundo lugar, cumpriu-se um ciclo importante da reestruturação da equipe local com a incorporação de um novo coordenador e com a reorganização e reorientação metodológica dos subprogramas técnicos de responsabilidade dos demais membros da equipe.

A maior estabilidade da equipe alcançada ensejou a intensificação da assessoria da entidade às dinâmicas de experimentação agroecológica nas comunidades e à articulação entre elas. Os temas mobilizadores dos processos de experimentação organizados nos programas técnicos da entidade passaram a ser tratados de forma integrada no quadro do programa de formação conduzido junto às comunidades. Essa integração temática permitiu que os conhecimentos teóricos associados às práticas em experimentação nas áreas de solos, agrobiodiversidade e manejo agroflorestal pudessem ser melhor apropriadas pelas famílias em suas estratégias individuais e coletivas de promoção da agroecologia.

Simultaneamente a essas evoluções no campo metodológico e organizativo, a equipe local teceu novas parcerias com grupos e organizações de agricultores e de assessoria que vêm atuando na região e nos estados do Paraná e Santa Catarina em temas e perspectivas afins. Por meio dessas parcerias a AS-PTA pôde abordar novos temas que estão na ordem do dia dos debates da região como, por exemplo, o acesso aos mercados, as alternativas econômicas à fumicultura, o crédito para sistemas agroflorestais etc.

Em paralelo ao trabalho desenvolvido junto aos grupos comunitários, o programa deu continuidade e intensificou a articulação entre eles através do grupo regional de agrobiodiversidade, que incorpora representantes do conjunto dos grupos de base assessorados. A combinação dos níveis de trabalho nas comunidades e no plano regional permitiu intensificar a interatividade entre os grupos de base e ao mesmo tempo redefinir os conteúdos trabalhados no campo da agrobiodiversidade. Em particular, os grupos avaliaram a necessidade de diversificar as práticas de experimentação realizadas coletivamente, incorporando ações de resgate, avaliação, intercâmbio e produção de sementes de variedades de outras espécies cultivadas que não somente o milho e o feijão, inclusive de adubos verdes de inverno e de verão. Em função da metodologia altamente demandante de trabalho empregada no programa de melhoramento de variedades crioulas de milho que vigorou entre 1999 e 2004, as atenções dos grupos de agricultores-experimentadores vinham sendo em grande parte absorvidas por atividades concernentes à parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

As discussões realizadas junto aos grupos de base e com o grupo regional de agrobiodiversidade evidenciaram a necessidade de reorientação do enfoque metodológico com que vinha sendo trabalhado o manejo dos recursos genéticos. De um foco centrado em uma técnica de melhoramento genético muito exigente em acompanhamento e controle de variáveis e dependente de assessoria acadêmica permanente da UEL, passou-se a priorizar métodos voltados para aperfeiçoar as estratégias tradicionais de conservação e manejo de variedades das principais espécies cultivadas pela agricultura familiar na região. Essa mudança de enfoque técnico-metodológico foi o que permitiu a ampliação do número de famílias integradas aos grupos comunitários de experimentadores e o número de espécies incorporadas às dinâmicas de experimentação local.

A mudança de enfoque metodológico do trabalho com sementes, criou as condições para que as famílias pudessem ao mesmo tempo intensificar os trabalhos de seleção massal de milho e feijão e abrir novas linhas de ação correspondentes a seus campos de interesse. Entre elas: armazenamento e comercialização de sementes, produção de sementes de espécies de adubos verdes e resgate e avaliação de variedades de batata, amendoim, cereais de inverno (trigo e centeio), arroz, hortaliças, etc.

Como já assinalado, as atividades de experimentação passaram a ser conduzidas a partir de 2006 integrando as temáticas do manejo dos solos e do manejo da agrobiodiversidade. Na prática, isso significou que os mesmos grupos de experimentadores na área de sementes passaram também a avaliar propostas inovadoras de manejo dos solos. Essa estratégia permitiu a rápida expansão da base social envolvida nas atividades de experimentação no campo do manejo ecológico dos solos, em particular o uso do pó de basalto associado ao manejo de adubos verdes. Para viabilizar o acesso dos grupos de experimentadores ao basalto em forma pulverizada, foi constituída uma parceria com a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras (FAFI) de União da Vitória para o desenvolvimento e construção de um protótipo de moinho de rocha. Esse protótipo revelou-se eficiente para o uso em escala comunitária para o processamento de um recurso natural amplamente disponível na região.

O programa deu continuidade às atividades de pesquisa e formação nas áreas de bioindicadores de qualidade dos solos já iniciadas no triênio anterior. Essas atividades envolveram processos de pesquisa local e capacitação sobre uso da fauna do solo e do perfil cultural como indicadores da qualidade dos solos em processos de transição ecológica. A primeira etapa dessa pesquisa foi realizada em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e com a Embrapa Agrobiologia e alcançou bons resultados, tendo obtido bom reconhecimento em meio às comunidades da região e no mundo acadêmico.

Também fruto da reorientação do enfoque metodológico de assessoria aos grupos de experimentadores, o trabalho no campo do manejo agroflorestal ganhou novo impulso no triênio. Até 2004 apenas dois grupos de base presentes dos municípios de São Mateus do Sul e de Bituruna estavam sistematicamente ativos nas atividades de experimentação agroflorestal. No curso do triênio novos grupos organizados nos municípios de Palmeira, São João do Triunfo, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, Rio Azul, Três Barras, Canoinhas, Irineópolis, Bela Vista do Toldo (os quatro últimos em Santa Catarina) deram início a trabalhos nesse campo. A mudança da perspectiva do programa para abordar os sistemas agroflorestais na região foi um fator determinante para mobilizar o interesse de um número maior de grupos comunitários em torno ao tema. De um foco exclusivamente centrado em sistemas de produção da erva mate sombreada, as ações inovadoras passaram a ser fomentadas também por outras estratégias voltadas para a recomposição da cobertura florestada nas propriedades. Além de ser uma necessidade legal imposta por nova legislação ambiental, o interesse dos agricultores na rearborização de suas propriedades está associado aos papéis ecológicos e funções econômicas das florestas nas propriedades familiares. A demanda de produção de lenha para o consumo nas propriedades, a conservação de nascentes, o potencial econômico de fruteiras nativas e o manejo dos sistemas silvipastoris tradicionais (denominados caívas e/ou faxinais) são exemplos das motivações para o estabelecimento e/ou intensificação de áreas reflorestadas nas propriedades.

Além desses fatores, a conjuntura nos mercados favorável no que diz respeito ao potencial econômico da erva-mate nativa, vem estimulando às famílias da região a ampliarem e/ou a introduzirem ervais manejados segundo os princípios agroflorestais. As experiências dos grupos de experimentadores em agrofloresta pioneiros na região vêm sendo, nesse sentido, importantes referências demonstrativas do ponto de vista técnico. A essa conjuntura dos mercados favorável, associou-se uma nova estratégia voltada à articulação dos grupos locais de produtores de erva mate ecológica com grupos de ligados à Rede Ecológica de Agroecologia, por meio da qual vem se estabelecendo mecanismos coletivos de comercialização do produto. Esta iniciativa foi concebida no quadro do grupo de trabalho sobre sistemas agroflorestais (GT-SAFs) da Rede Ecológica, no primeiro semestre de 2007.

Uma importante parceria no campo da pesquisa e extensão agroflorestal foi estabelecida com a Flona Três Barras (Floresta Nacional de Três Barras), unidade operacional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente). Foram implantadas

áreas de experimentação de sistemas agroflorestais na Flona com a participação de representantes dos grupos de agricultores já envolvidos com iniciativas agroflorestais em suas comunidades. Inicialmente foi escolhido o manejo agroflorestal voltado a produção de erva mate em função da relevância econômica regional que tem para as famílias. Ao mesmo tempo, essa parceria permitiu a incorporação de famílias de agricultores do entorno da Flona e o envolvimento do Sintraf (Sindicato Regional de Trabalhadores Rurais do Planalto Norte de Santa Catarina) e da Epagri (Empresa Estadual de Pesquisa e Extensão de Santa Catarina). A evolução dessas iniciativas em parceria com a Flona subsidiará a organização de debates sobre a legislação ambiental, em particular pelo fato de a lei vigente se mostrar inapropriada para sistemas produtivos que compatibilizem conservação ambiental com geração de renda.

Por meio da parceria com a Epagri, o programa incorporou a produção animal em seu universo temático de abrangência. Ações de experimentação na área de enriquecimento de pastos naturais em sistemas silvipastoris visando ao aumento da eficiência econômica da produção leiteira como alternativa à fuminicultura foram iniciadas nos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas e Três Barras.

As redinamização dos processos de experimentação agroecológica foi concebida de forma a mobilizar uma participação mais ativa das mulheres agricultoras. Essa perspectiva foi exercitada ao se introduzir no processo de experimentação e reflexão coletiva alguns temas motivadores do interesse das mulheres tais como a gestão dos quintais, a produção de sementes de hortaliças e de ervas medicinais e produção de gado leiteiro no planalto norte catarinense. Um avanço na participação das mulheres nos eventos comunitários e regional já foi perceptível no triênio. Como resultado de deliberação das mulheres presentes no Encontro Regional sobre Agrobiodiversidade realizado em março de 2007, foi composta uma delegação de mulheres representantes de grupos comunitários para realizar uma viagem de intercâmbio ao Movimento de Mulheres Camponesas. A partir desse evento, realizado no segundo semestre de 2007, as mulheres deram início a reflexões sobre possíveis formas de articulação regional, sendo esse um dos focos de atenção para o programa no triênio 2008-2010.

O desafio de fortalecer atores organicamente constituídos na promoção da agroecologia permanece como forte ponto de atenção para o triênio. Para atuar nessa perspectiva, esses atores deverão ser capazes de vincular os processos de base ao debate organizado em torno das alternativas de desenvolvimento. Esse tema será abordado de forma transversal na AS-PTA no próximo período.

1.4. As articulações em redes

O triênio foi particularmente positivo no que se refere à reinserção do programa local da AS-PTA nas redes e articulações do campo agroecológico no sul do Brasil. Essa reinserção foi favorecida pela existência de uma agenda de debates sobre alguns temas de interesse imediato dos grupos de agricultores assessorados pela AS-PTA. Cabe ressaltar particularmente os temas da certificação e da comercialização de alimentos ecológicos por meio da Rede Ecovida de Agroecologia, uma articulação que envolve núcleos de produtores e entidades de assessoria dos três estados do sul do país.

A aproximação da AS-PTA com a Rede Ecovida aporta ao trabalho regional novas perspectivas para o enfrentamento da questão do acesso aos mercados pelos grupos

envolvidos na produção agroecológica. Ao mesmo tempo, ela desperta forte expectativa na própria Rede, em função da experiência acumulada pela AS-PTA no trabalho junto a famílias que vivenciam processos de transição agroecológica. Essa contribuição da AS-PTA poderá ajudar a Rede a superar suas atuais dificuldades no sentido de ampliar sua abrangência para além dos grupos de agricultores ecologistas já consolidados.

O programa exerceu papel fundamental na articulação da delegação do Sul do Brasil que participou do II ENA. Atuou também de forma decisiva no apoio à organização do VI Encontro Ampliado da Rede Ecovida, ocorrido no município da Lapa, base de atuação do programa.

O programa deverá permanecer ativo em suas interações em rede com as articulações do campo agroecológico no Sul do Brasil, apoiando a construção de estratégias comuns de ação voltadas para a defesa da produção familiar de base agroecológica e para o enfrentamento do avanço do agronegócio em suas múltiplas formas de expressão.

2. Objetivos específicos

- Apoiar as famílias já envolvidas nas redes de agricultores-experimentadores a aprofundarem os processos de transição agroecológica em suas propriedades e, ao mesmo tempo, favorecer o ingresso de um número crescente de famílias agricultoras da região nas referidas redes;
- Promover o fortalecimento das capacidades política, metodológica, técnica e de gestão administrativa-financeira de grupos comunitários e de organizações da agricultura familiar da região do Contestado;
- Dar continuidade ao programa de formação agroecológica em curso na região organizado em torno aos seguintes temas mobilizadores: manejo sustentado da agrobiodiversidade, manejo ecológico dos solos, manejo agroflorestal;
- Estruturar o programa de saúde e segurança alimentar das famílias;
- Aprimorar as ações do programa no campo da comunicação social em particular ao intensificar as atividades de sistematização de experiências locais e a veiculação pública dos conhecimentos sistematizados por meio de variados instrumentos (impressos, rádio, vídeos, etc.);
- Dar continuidade aos estudos sobre impacto econômico das inovações agroecológicas junto a diferentes grupos comunitários na região;
- Sistematizar experiências regionais sobre o impacto dos processos de transição agroecológica na promoção da equidade nas relações sociais de gênero;
- Apoiar organizações de base local/comunitária no desenvolvimento de estratégias para a diversificação dos canais de comercialização (feiras, mercados institucionais, sacolas, etc.) e para aperfeiçoar suas capacidades de gestão de empreendimentos comerciais e agroindustriais coletivos;
- Apoiar a consolidação e a multiplicação das iniciativas de comercialização pela via dos mercados institucionais locais por meio dos programas públicos de compra de produtos da agricultura familiar.
- Realizar estudos sobre impactos de políticas públicas sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares na região do Contestado (em especial as

relacionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com vistas a subsidiar as organizações e grupos locais na reflexão e crítica sobre as tendências do desenvolvimento rural na região e na formulação de um perfil alternativo de políticas públicas orientadas à disseminação regional da agroecologia.

- Implementar sistema de monitoramento da transição agroecológica da região do Contestado;
- Participar e apoiar o fortalecimento de redes de ONGs e movimentos sociais vinculados à ANA no Sul do Brasil, contribuindo em torno à articulação de ações nos seguintes campos: legislação ambiental; crédito para a agricultura familiar; manejo da agrobiodiversidade e; métodos de construção do conhecimento agroecológico

3. Linhas de Ação e Metas

3.1. Construção do conhecimento agroecológico (formação, experimentação, diagnóstico, monitoramento, sistematização e pesquisa)

As redes de agricultores-experimentadores são conformadas e se mantêm com base na contínua interatividade entre agricultores, homens e mulheres, jovens e adultos, que realizam atividades de experimentação em suas propriedades e comunidades. Por meio dos intercâmbios entre experimentadores, os conhecimentos inovadores gerados a partir das práticas locais são novamente colocados em experimentação por outras famílias e comunidades.

Para que os resultados da experimentação local sejam valorizados e comunicados nas dinâmicas interativas estabelecidas pelos agricultores-experimentadores, a sistematização das experiências inovadoras apresenta-se como uma atividade essencial. Por meio de variados instrumentos de comunicação (boletins, cartazes, painéis fotográficos, depoimentos orais, etc) essas sistematizações são valorizadas nos eventos de intercâmbio e nos encontros de agricultores-experimentadores.

Além dos conhecimentos sistematizados a partir das experiências de agricultores e agricultoras, a abordagem metodológica empregada pelo programa incorpora também informações e conhecimentos oriundos do mundo acadêmico, procurando estabelecer ambientes para o diálogo de saberes entre agricultores(as) e pesquisadores(as). É esse o sentido da incorporação das atividades de diagnóstico, de pesquisa e de monitoramento da transição agroecológica na abordagem metodológica de construção do conhecimento agroecológico. Essas atividades integram-se com a experimentação local, a formação e a comunicação numa seqüência recorrente em que a teoria e a prática se realimentam mutuamente por meio de círculos virtuosos de apropriação social da agroecologia.

Direcionadas para agricultores e agricultoras e para as lideranças de suas organizações, as atividades relacionadas a essa linha de ação organizam-se segundo os seguintes eixos temáticos: manejo sustentado da agrobiodiversidade, manejo ecológico dos solos, manejo agroflorestal, saúde e alimentação.

Atividades e metas

- Dias de Campo - Realização de 8 dias de campos por mês com 15 participantes em média, articulando os diferentes temas mobilizadores da experimentação agroecológica na região. Participarão desses eventos 4.320 pessoas, entre homens e mulheres, jovens e adultos.
- Intercâmbios:
 - a) Visitas de intercâmbio (entre os 16 municípios da região) - Realização de pelo menos uma visita de intercâmbio por mês experiências agroecológicas com a participação de 540 agricultores e agricultoras, jovens e adultos.
 - b) Viagens de intercâmbio (para municípios de fora da região) - Realização de pelo menos 6 viagens por ano com a participação de 180 agricultores e agricultoras, jovens e adultos.
- Encontros Regionais - Realização de 3 encontros por ano com a participação de 700 pessoas no triênio.
- Sistematização e divulgação:
 - a) Boletins: Elaboração de 1 boletim informativo por mês sobre experiências agroecológicas desenvolvidas pelas famílias e grupos da região.
 - b) Cartilhas: Produção de 3 cartilhas anuais
 - c) Vídeos: Produção de um vídeo sobre experiências de manejo do componente florestal nas propriedades.
- Implantação de 25 Bancos Comunitários envolvendo 29 comunidades de 13 municípios e abrangendo um público direto de 500 famílias do Centro Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense.
- Realização de 5 feiras de sementes municipais por ano, com um público médio de 500 participantes e 1 feira de abrangência regional em 2009 com a participação de 4000 pessoas.
- Implantação de 188 campos de multiplicação de sementes crioulas de milho, 185 de feijão, 109 de arroz, 89 de trigo, 30 de centeio, 66 de amendoim, 115 de batata, 340 de mandioca, 340 de batata doce, 720 de adubação verde de inverno e verão. Esses campos mobilizarão 35 grupos comunitários de 16 municípios da região, envolvendo direta e indiretamente o universo de 2000 famílias.
- Compra e distribuição de 15 kits para análise de plantios transgênicos com o objetivo de mobilizar e informar organizações locais, órgãos do estado e a promotória pública sobre plantios ilegais de milho transgênico.
- Implantação de 400 áreas de experimentação com técnicas de manejo ecológico dos solos (compreendendo: sub-dosagem de pó de basalto, fosfato natural, adubos verdes de inverno e verão, manejo de plantas espontâneas e palhada dos cultivos).
- Implantação de 50 áreas de experimentação de manejo de plantas espontâneas.
- Implantação de 20 áreas de experimentação de plantio direto ecológico
- Sistematização sobre sistemas locais de classificação e manejo dos solos (fornecerá os subsídios para a elaboração de uma das cartilhas a serem publicadas no período)
- Implantação de 30 áreas de manejo agroflorestal, envolvendo cerca de 240 participantes. Focos da experimentação: uso e manejo de espécies nativas madeiráveis e não-madeiráveis; valorização de espécies nativas frutíferas;

valorização de espécies nativas com potencial fitoterápico; coleta de sementes de espécies nativas da floresta de araucária;

- Pesquisa em parceria com a PUC de Curitiba sobre o aproveitamento de óleos essenciais de espécies nativas com potencial oleífero;
- Implantação de 12 viveiros familiares e comunitários para a produção de mudas florestais
- Realização de dois eventos (cursos ou encontros) por ano, com a média de participantes de 30 pessoas, para o debate sobre legislação ambiental;
- Assessoria direta a 200 famílias de 10 grupos comunitários no campo da saúde e alimentação;
- Realização de diagnóstico sobre estratégias de auto-abastecimento alimentar de famílias agricultoras da região;

3.2. Geração de renda e Acesso a mercados

- Realização de 30 estudos sobre as estratégias econômicas de famílias em diferentes níveis de transição agroecológica na região para subsidiar debates orientados à elaboração de estratégias de comercialização
- Realização de 10 dias de campo envolvendo 200 famílias para debater estratégias de diversificação produtiva e de acesso a mercados.
- Assessorar 10 grupos locais (200 famílias) em temas relacionados à organização para a comercialização
- Apoio à criação de uma rede local de economia solidária de agricultores experimentadores envolvendo 10 grupos e entorno de 200 famílias no total.

4. Avaliação e indicadores

A avaliação do projeto dar-se-á em três níveis, a saber:

- Na equipe: sistematicamente a equipe avaliará o andamento do Programa Local em suas reuniões periódicas, e, a cada semestre, nas reuniões do Conselho de Planejamento da AS-PTA;
- Avaliação semestral com grupos de experimentadores, associações, coordenações regionais e sindicatos;
- Avaliação anual com o Fórum Regional.

Os indicadores utilizados para a avaliação do projeto serão os seguintes:

Resultados

- número de famílias que adotaram as práticas agroecológicas propostas nas diferentes linhas técnicas de trabalho;
- diferencial de custos de produção de sistemas agroecológicos em relação ao sistema convencional;
- número de famílias beneficiadas pelos campos de produção de sementes comunitários;

- número de operações de comercialização de produtos agroecológicos e seu resultado econômico;
- número de famílias beneficiadas com os recursos do fundo rotativo;
- número de mulheres agricultoras beneficiadas pelo projeto;
- número de jovens rurais beneficiados pelo projeto;
- número de planos de desenvolvimento comunitário e municipal formulados e implantados.

Participação

- número de participantes (homens e mulheres) nos diferentes eventos e redes de inovação;
- número de agricultores e agricultoras experimentadores e promotores formados.

Atividades

- número, tiragem e amplitude da divulgação dos meios de difusão produzidos;
- número de experimentos implantados;
- número de visitas de intercâmbio e outros eventos de formação realizados;
- relações de parceria efetivadas com centros de pesquisa e universidades, e secretarias municipais da agricultura.

IV.2. Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

1. Balanço do Trienal 2005-2007

- Em termos globais, houve significativos avanços nos processos de promoção da agricultura em quintais na região. O tema tornou-se mais presente na agenda das organizações parceiras e de suas lideranças. Há uma maior clareza dos animadores locais sobre a importância e as múltiplas funções do cultivo dos quintais para as famílias e comunidades. Por outro lado, foi dedicada maior atenção ao fomento à experimentação, à qualificação do manejo dos quintais e ao incentivo a novas práticas, superando deficiências identificadas no Trienal anterior. Mas foram frágeis o monitoramento e a sistematização dos impactos das práticas de agricultura em quintais, o que seguramente limitou a motivação de outras pessoas e a irradiação das práticas.
- Foram consolidadas parcerias no processo de expansão regional. Outros atores, para além da Pastoral da Criança, passaram a demonstrar grande interesse pelo tema da agricultura urbana e passaram a tomar iniciativas mais concretas como, por exemplo, nas escolas e nas unidades de saúde, que não estavam tão presentes nas estratégias do Trienal 2005-2007. Por outro lado, o envolvimento desses novos parceiros demanda da AS-PTA uma reflexão sobre os métodos de atuação, sobretudo com atores institucionais vinculados a organismos públicos.
- A parceria com a Pastoral da Criança se fortaleceu muito em todos os níveis. Os grupos da Pastoral na região vêm incorporando cada vez mais em suas atividades a ação de incentivo às famílias para que passem a valorizar os quintais

através da prática da agricultura. Por outro lado, as líderes têm se ressentido da dificuldade para envolver um maior número de agentes locais e mais famílias ao processo. Dois fóruns de debates vêm ocorrendo na região: um espaço de prática agrícola, chamado Projeto Mendanha, e as reuniões mensais de avaliação e planejamento do trabalho de incentivo às hortas caseiras, reuniões essas intercaladas com atividades práticas. Algumas líderes vêm se tornando referência na promoção da agricultura, tanto para outras organizações em suas comunidades (por exemplo, para os agentes de saúde e escolas), como para grupos da Pastoral da Criança na região e mesmo em outras regiões do Brasil.

- Ocorreram também iniciativas importantes numa perspectiva de expansão nacional da parceria com a Pastoral da Criança. A AS-PTA tem participado da formulação e implementação de uma ação complementar da Pastoral intitulada “Hortas Caseiras”. Nesse sentido, ajudamos a organizar e coordenar 12 oficinas sobre hortas caseiras por ocasião do Congresso Nacional da Pastoral da Criança, envolvendo 500 líderes oriundas de distintas regiões; apoiamos a elaboração de um folheto de sensibilização para as líderes de todo o país, intitulado “Dicas de hortas caseiras”; produzimos e editamos um vídeo sobre as iniciativas de hortas caseiras na zona oeste do Rio de Janeiro; assessoramos a formulação metodológica para a realização de oficinas-piloto sobre a ação de promoção de hortas caseiras em todas as regiões do Brasil.
- Em que pese a concentração de atividades nas comunidades Loteamento Ana Gonzaga e Jardim Guaratiba, onde se configuram intensos processos de disseminação da agricultura urbana, foram também promovidos intercâmbios entre grupos de numerosas comunidades, o que favorece as trocas entre as diferentes experiências de manejo de quintais e de uso de remédios caseiros à base de plantas medicinais, além do intercâmbio de material genético (sementes e mudas).
- Foram organizados 4 encontros de promoção da agricultura na cidade, momentos em que os parceiros comunitários, com base em suas próprias experiências, discutiram métodos e estratégias para a promoção da agricultura urbana. Da mesma forma, foram realizados 2 grandes Encontros de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, que mobilizaram os parceiros em torno do resgate das experiências de utilização dos quintais pelas famílias para práticas agrícolas.
- Uma evolução importante nas estratégias de fomento ao cultivo dos quintais se efetivou com a reorientação do Banco de Sementes Comunitário, de espaço centralizador de informações e materiais genéticos na região, para a constituição de uma rede de bancos de sementes caseiros e comunitários, trazendo o tema para dentro dos espaços de prática cotidiana da agricultura na cidade. Configurou-se dessa maneira, um novo espaço de reflexões e promoção das trocas de materiais genéticos na região.
- A partir da mobilização de grupos urbanos e rurais para o II ENA, o Projeto de Agricultura Urbana da AS-PTA teve um papel importante na mobilização e constituição da Articulação Estadual de Agroecologia, sobretudo apoiando a organização do encontro estadual (maio 2006) e diversos eventos posteriores de intercâmbio e articulação.
- O Projeto teve participação ativa no apoio às dinâmicas da Rede Fitovida no nível local (região metropolitana) e estadual, em particular através da assessoria a visitas de intercâmbio entre os grupos, à sistematização de experiências, aos espaços de formação e à organização e coordenação do encontro estadual da Rede. Dentro da mesma linha, apoiou a Rede Fitovida na participação nos

debates sobre a política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos; no debate sobre acesso a recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais e no inventário nacional de referências culturais sobre os conhecimentos tradicionais relacionados ao uso de plantas medicinais pelos grupos comunitários da Rede Fitovida. Além disso, foi formulada em parceria com a AS-PTA a proposta do diagnóstico sobre a origem das plantas medicinais utilizadas pelos grupos da Rede.

- Cabe, finalmente, assinalar que a AS-PTA foi a entidade responsável pela execução da pesquisa de agricultura urbana e peri-urbana no Rio de Janeiro, como parte de uma pesquisa nacional promovida pelo MDS. Essa participação nos propiciou melhor e mais amplo conhecimento das iniciativas de agricultura urbana no estado do Rio, inclusive iniciativas da prefeitura do município do Rio de Janeiro.

2. Objetivos específicos

- Desenvolver processos de formação e experimentação em agricultura urbana e em práticas populares de uso de remédios caseiros entre moradores e grupos comunitários, com ênfase na zona oeste do município do Rio de Janeiro.
- Fortalecer as redes de promoção da agricultura urbana e de práticas tradicionais de uso das plantas medicinais, notadamente a Pastoral da Criança, a Rede Fitovida e a Articulação Estadual de Agroecologia.
- Apoiar a Pastoral da Criança na construção da ação complementar “Hortas caseiras ecológicas”, em processo de implementação no nível nacional.
- Buscar o envolvimento de outros atores sociais que tenham potencial para integrar ativamente as redes de promoção e experimentação em agricultura urbana no município do Rio de Janeiro.
- Sistematizar os acúmulos gerados pelo projeto e que sirvam de referências para outras iniciativas.
- Qualificar a discussão sobre políticas públicas que dizem respeito à agricultura em quintais e à produção e uso das plantas medicinais.

3. Linhas de Ação

O Plano Trienal 2008-2010 mantém os dois eixos temáticos que têm referenciado as linhas de ação do Projeto: **agricultura em quintais** e **plantas medicinais**.

O eixo **agricultura em quintais** diz respeito ao incentivo ao aproveitamento agrícola dos espaços existentes nas comunidades, sejam eles familiares (quintais domésticos), o *locus* mais importante da agricultura urbana, sejam eles coletivos (terrenos particulares cedidos a grupos, espaços de escolas, igrejas ou associações de moradores). O foco nos quintais permite evidenciar as múltiplas funções desses espaços para as famílias e comunidades, como a produção de alimentos saudáveis, a melhoria do ambiente urbano, o resgate de hábitos alimentares e de tradições culturais adormecidas e a promoção de novos espaços de sociabilidade.

As práticas populares de uso das **plantas medicinais**, a seu turno, estão presentes nas referências das pessoas nas diversas comunidades. O conhecimento tradicional

sobre o preparo de chás, xaropes e outros remédios caseiros a partir das plantas medicinais são objeto de reflexão e ação por parte de um número crescente de grupos comunitários em todo o estado do Rio de Janeiro, promovendo uma dinâmica própria de valorização de saberes, intercâmbios e fortalecimento mútuo para a defesa do direito ao conhecimento e ao uso das plantas medicinais.

O Plano Trienal 2008-10 estará organizado em torno às seguintes linhas de ação:

3.1. Conhecimento da realidade, pesquisa e monitoramento

O conhecimento das realidades com as quais interagimos é uma premissa básica do trabalho da AS-PTA. Nesse sentido, têm sido realizados diagnósticos participativos para compreender a dinâmica da agricultura em quintais nas comunidades e para identificar as experiências espontâneas, que se transformam em referências à medida que são valorizadas e potencializadas nos processos locais de formação e experimentação.

Os diagnósticos participativos permitem um maior conhecimento da realidade e um planejamento mais eficiente das ações a serem implementadas, criando um clima solidário e consistente de relações entre parceiros. Além disso, são uma base essencial para evidenciar e avaliar os impactos da agricultura em quintais.

3.2. Formação e experimentação em agricultura urbana

Os processos de formação no nível das comunidades constituem o elemento-chave da disseminação em escala das práticas de agricultura urbana. Esses processos têm se baseado fortemente no estímulo à experimentação, nos intercâmbios e trocas de experiências “morador a morador”, cabendo à AS-PTA o papel de estimular tais dinâmicas, introduzindo e/ou facilitando o acesso aos conhecimentos técnicos.

3.3. Apoio às organizações locais na promoção da agricultura em quintais e das práticas tradicionais em saúde

O Projeto de Agricultura Urbana interage com um número bastante amplo de organizações, não-governamentais e comunitárias, formais e informais, a exemplo da Pastoral da Criança, da Rede Fitovida, de grupos de agentes comunitários de saúde e escolas. Se, por um lado, há alguns anos atrás, a agricultura urbana não fazia parte da agenda de preocupações das organizações locais, pouco a pouco elas vêm incorporando as práticas de incentivo ao aproveitamento dos quintais às suas dinâmicas. A AS-PTA tem como um de seus objetivos estratégicos o fortalecimento dessas organizações e da sua capacidade para promover processos locais autônomos de experimentação e intercâmbio. Essas organizações são fortes impulsionadoras das dinâmicas locais de agricultura em quintais, mas se ressentem de grande fragilidade tanto política como metodológica e técnica.

3.4. Sistematização/comunicação das experiências

A sistematização está articulada aos processos de formação e experimentação, uma vez que valoriza os portadores das experiências, dá visibilidade social a iniciativas em geral desconhecidas nas comunidades urbanas, e facilita a comunicação de morador a morador. As ferramentas que têm sido mais utilizadas são as “fichas de experiências”, peças de teatro e vídeos, o que permite a irradiação das práticas para um público

amplo. Outro aspecto importante incorporado a essa linha de ação é a sistematização dos acúmulos teóricos e metodológicos do Projeto de Agricultura Urbana para que possam servir como referência a outras pessoas e organizações interessadas na temática.

3.5. Articulação com experiências em agroecologia

As atividades desenvolvidas no período 2005-07 evidenciaram a existência de um campo fértil de interações do Projeto com outras iniciativas do “campo agroecológico”, mesmo aquelas localizadas no meio rural. Para o próximo triênio está planejada a intensificação das articulações e intercâmbios com programas de agricultura urbana e agroecologia tanto no Brasil como no exterior.

4. Metas e atividades

4.1. Conhecimento da realidade, pesquisa e monitoramento

Meta:

- Produção de conhecimentos e fortalecimento da capacidade da AS-PTA e de seus parceiros para analisar e se situar nos contextos locais.

Atividades:

- Realização de diagnóstico da segurança alimentar e nutricional em comunidade da zona oeste do município do Rio de Janeiro;
- Realização de diagnóstico sobre a origem das plantas medicinais utilizadas pelos grupos da Rede Fitovida da região metropolitana;
- Pesquisa participativa sobre os impactos sociais, econômicos e ecológicos da agricultura em quintais da cidade para as famílias e comunidades;
- Realização de dois seminários de estudo sobre a realidade das comunidades urbanas do Rio de Janeiro, envolvendo vinte pessoas cada um.

4.2. Formação/experimentação em agricultura urbana

Metas:

- Integração de, pelo menos, 800 pessoas aos processos comunitários de formação e experimentação sobre práticas de cultivo de quintais e uso de plantas medicinais.
- Fortalecimento das redes locais de experimentadores e da interação entre elas através de intercâmbios e aprendizado mútuo.
- Fortalecimento da capacidade de sensibilização e disseminação local de práticas de agricultura urbana pelas redes locais no nível comunitário.

Atividades:

- Promoção de dez encontros sobre agricultura em quintais nas comunidades Jardim Guaratiba / Praia da Brisa e Loteamento Ana Gonzaga/Vila Esperança envolvendo cinquenta pessoas;
- Realização de um curso de agricultura urbana na zona oeste do Rio de Janeiro para trinta participantes;
- Realização de dois cursos sobre remédios caseiros, envolvendo quarenta pessoas;
- Realização de dez encontros de formação em agricultura em quintais para líderes da Pastoral da Criança, envolvendo quinze pessoas;
- Realização de um encontro de experiências de agricultura e saúde na cidade com a participação de cem pessoas;
- Realização de oito oficinas temáticas de promoção da experimentação para cinquenta pessoas;
- Promoção de vinte visitas de intercâmbio de experiências entre moradores das comunidades, envolvendo cento e vinte pessoas;
- Realização de sessenta visitas de assessoria técnica/incentivo à inovação a quintais produtivos da região, envolvendo oitenta pessoas;
- Promoção de quinze mutirões de práticas de agricultura na cidade com a participação de oitenta pessoas;
- Realização de um seminário sobre o potencial da agricultura em quintais para o incremento do consumo de frutas, legumes e verduras, para trinta pessoas.
- Apoio à realização de dois encontros de formação da Rede Fitovida da região metropolitana, com quarenta pessoas;
- Apoio à realização de quatro encontros de trocas de experiências de âmbito estadual (“encontros da partilha”) sobre plantas medicinais, organizados pela Rede Fitovida para cento e vinte pessoas.

4.3. Apoio às organizações locais na promoção da agricultura em quintais e das práticas tradicionais em saúde

Metas:

- Fortalecimento da capacidade das organizações parceiras para protagonizarem de forma autônoma processos locais de promoção da agricultura urbana e das práticas tradicionais em saúde.
- Contribuição ao envolvimento articulado de agentes comunitários de saúde em iniciativas de fomento ao cultivo de quintais em suas comunidades de referência.
- Participação na implementação a nível nacional da ação complementar “Hortas caseiras” da Pastoral da Criança.
- Apoio aos encontros locais e estaduais de redes e articulações atuantes no campo da agricultura urbana e da saúde popular.

Atividades:

- Participação nos fóruns de debates da Pastoral da Criança para implementação da ação complementar “Hortas Caseiras Ecológicas” no Rio de Janeiro, envolvendo vinte pessoas;
- Promoção de um seminário sobre hortas caseiras e segurança alimentar e nutricional com a Pastoral da Criança no município do Rio de Janeiro, para quarenta pessoas;
- Participação em reuniões com a coordenação da Pastoral da Criança para a implementação da ação complementar “Hortas Caseiras” no âmbito nacional;
- Participação nas reuniões de coordenação da Rede Fitovida Metropolitana (4 por ano);
- Participação em três encontros de avaliação e planejamento da Rede Fitovida Metropolitana, envolvendo quarenta pessoas;
- Participação nas reuniões de coordenação da Rede Fitovida Estadual (2 por ano);
- Apoio à organização do Encontro Estadual da Rede Fitovida, para cento e cinquenta pessoas;
- Participação em eventos promovidos pela organização Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo;
- Participação nas reuniões e seminários do grupo de coordenação do projeto de incentivo ao consumo de frutas legumes e verduras, em parceria com a Embrapa Alimentos, o Instituto de Nutrição Annes Dias, o Programa de Saúde da Família e outras organizações comunitárias;
- Participação nas reuniões do grupo executivo e nas reuniões ampliadas da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro;
- Apoio à organização de um Encontro Regional de Agroecologia, na região metropolitana, envolvendo oitenta pessoas;
- Apoio à realização de um Encontro Estadual de Agroecologia, com a participação de duzentas pessoas.
- Promoção de um seminário sobre o papel dos agentes comunitários de saúde na promoção da agricultura urbana, para vinte pessoas;
- Promoção de um seminário sobre o papel das escolas na promoção da agricultura urbana, para vinte pessoas.

4.4. Sistematização/comunicação das experiências

Metas:

- Diversificação dos meios de comunicação utilizados pelo Projeto;
- Ampliação e intensificação da sistematização de experiências comunitárias pelos próprios experimentadores e sua inserção nos fluxos de intercâmbio “morador a morador”.

Atividades:

- Publicação de trinta fichas de experiências, com tiragem de cinquenta exemplares de cada;

- Publicação de um almanaque de experiências de agricultura e saúde na cidade, com tiragem de duzentos exemplares;
- Elaboração de uma publicação sobre “Hortas Caseiras” em parceria com a Pastoral da Criança, a ser distribuída pela Pastoral da Criança;
- Publicação de uma cartilha sobre plantas medicinais (quinhentos exemplares);
- Publicação de uma cartilha sobre agricultura em quintais na cidade (quinhentos exemplares);
- Produção de um DVD autorado sobre agricultura urbana (cem cópias);
- Publicação de três calendários (2008, 2009 e 2010), com tiragem de duzentos exemplares.

4.5. Articulação com experiências em agroecologia

Metas:

- Estimular o intercâmbio e o aprendizado mútuo entre praticantes da agricultura em quintais situados em distintos contextos urbanos;
- Aproximar a experiência acumulada pelo Projeto de Agricultura Urbana de outras iniciativas similares na América Latina.
- Diversificação dos meios de comunicação do Projeto;
- Ampliação e intensificação da sistematização de experiências comunitárias pelos próprios experimentadores e sua inserção nos fluxos de intercâmbio “morador a morador”.

Atividades:

- Promoção de três visitas de intercâmbio a experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro, envolvendo trinta pessoas;
- Realização de uma visita a experiência de agricultura urbana em Belo Horizonte, Minas Gerais, envolvendo quinze pessoas;
- Realização de uma visita de intercâmbio na Paraíba, com quinze participantes;
- Realização de uma visita a experiência de agricultura urbana em outro país da América Latina, envolvendo quatro pessoas.

5. Meios de verificação

O monitoramento do alcance dos objetivos, das metas e dos impactos do Projeto de Agricultura Urbana se dará nos seguintes níveis:

- Em reuniões mensais da equipe técnica do projeto;
- Em reuniões consultivas, com a participação da equipe técnica do projeto e da diretoria da AS-PTA, realizadas três vezes por ano;
- Em visitas de campo, seguidas de debates, com a diretoria da instituição;

- Em encontros de final de ano, com os parceiros comunitários;
- Nas visitas feitas pelas entidades apoiadoras do projeto.

Os seguintes indicadores serão considerados para o monitoramento / avaliação:

Indicadores qualitativos:

- Motivação das famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança;
- Nível de participação das lideranças comunitárias;
- Incorporação dos métodos de promoção da agricultura urbana pelos grupos comunitários;
- Inserção do tema agricultura urbana nas agendas das organizações locais;
- Qualificação das práticas de agricultura nos quintais;
- Relações de parcerias consolidadas no período.

Indicadores quantitativos:

- Número de praticantes da agricultura urbana envolvidos nas atividades propostas pelo projeto;
- Número de quintais domésticos e iniciativas comunitárias implantados e/ou acompanhados na região;
- Número de famílias que aperfeiçoaram suas práticas de cultivo;
- Número de animadores (as) envolvidos (as) nas atividades do projeto;
- Número de mulheres envolvidas nas atividades do projeto;
- Número de crianças e adolescentes envolvidos nas ações do projeto;
- Número de eventos de capacitação realizados e número de participantes (homens e mulheres);
- Número de materiais de sistematização produzidos;
- Número de participantes envolvidos nas visitas a outros programas de agricultura urbana;
- Número de visitas de intercâmbio “morador a morador” realizadas.

IV.3. Programas Transversais

IV.3.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

1. Balanço do Trienal 2005-2007

O programa concentrou sua atuação no triênio nos seguintes quatro eixos estratégicos:

- Revigoramento do Programa de Desenvolvimento Local do Paraná e o restabelecimento dos fluxos transversais de experimentação e reflexão

institucional no plano das abordagens metodológicas para a construção do conhecimento agroecológico;

- Apoio ao fortalecimento da Articulação Nacional de Agroecologia, em particular na concepção e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico (GT-CCA) e suas expressões na região Nordeste;
- Apoio ao fortalecimento da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) como instância de articulação do campo científico acadêmico envolvido na pesquisa, ensino e extensão em Agroecologia;
- Apoio aos processos de institucionalização do enfoque agroecológico na Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Processos internos à AS-PTA

Os esforços não programados para o horizonte do trienal 2005-2007, orientados à reconstituição das condições políticas e operacionais do Programa Paraná, subtraíram do programa de desenvolvimento metodológico parte de suas capacidades de atuar como instância de mobilização institucional em torno a uma agenda de transversalidades elaborada e conduzida com a participação efetiva de todos os programas da entidade. As intervenções do programa nessa direção estiveram centradas essencialmente no apoio à reorientação dos enfoques metodológicos empregados pela equipe do programa local, o que implicou, por conseqüência, no apoio à repactuação entre a entidade e os grupos sociais de base articulados em torno à experimentação agroecológica (para maiores detalhes sobre essa reorientação veja neste documento o item específico sobre o Programa Local do Paraná).

Em que pese essa conjuntura desfavorável, que se manifestou essencialmente no primeiro ano do triênio, as transversalidades da entidade foram retomadas a partir de 2006, tendo como temas mobilizadores algumas questões-chave que estão no centro das atenções e dos desafios de acumulação dos programas locais. São elas:

a) Monitoramento de impactos econômicos da transição agroecológica em unidades familiares de produção:

Os exercícios de monitoramento de trajetórias técnicas e econômicas de agroecossistemas em processo de transição agroecológica, que foram realizados em caráter piloto no período trienal anterior (2001-2004), ainda em fase de experimentação metodológica, foram incorporados nos últimos anos como atividades de rotina das equipes dos programas locais da entidade.

Tal como vem sendo empregado junto aos grupos de agricultores-experimentadores, o monitoramento cumpre múltiplas funções nos processos de organização e aprofundamento dos conhecimentos associados aos processos de transição agroecológica. Por estar fundamentado em uma perspectiva sistêmica de análise, esses exercícios têm favorecido a integração dos diferentes enfoques temáticos que organizam os processos de experimentação agroecológica assessorados pelos programas locais. Esse avanço no enfoque metodológico tem sido fundamental para que a organização das equipes locais e dos grupos de agricultores-experimentadores assessorados segundo eixos temáticos não resulte em fragmentação da intervenção dos programas operacionais. Os exercícios de monitoramento têm, nesse sentido, apoiado a produção de sínteses sobre as estratégias técnicas e econômicas que vêm

levando às famílias agricultoras a reestruturarem seus sistemas produtivos segundo os princípios agroecológicos.

No caso do programa local do Centro-Sul do Paraná, esses exercícios foram essenciais para a reorganização funcional da equipe local e para o desenvolvimento de uma nova abordagem pedagógica adotada nas atividades de formação. Já o programa do Agreste da Paraíba vem se valendo do monitoramento para orientar o diagnóstico dos agroecossistemas abrangidos pela área do Pólo Sindical da Borborema, com isso estabelecendo, juntamente com o próprio Pólo, uma sistemática permanente de avaliação dos avanços quantitativos e qualitativos da transição agroecológica no território.

Ao sistematizar as evidências empíricas das vantagens econômicas e ecológicas da agroecologia da própria realidade local vivenciada pelos grupos de agricultores-experimentadores, o monitoramento tem favorecido maior objetivação do debate sobre modelos de desenvolvimento rural. Os exercícios comparativos entre as trajetórias de intensificação agroecológica e as de intensificação agroquímica têm criado ambientes fecundos para a politização das bases sociais envolvidas nas dinâmicas de inovação, sobretudo ao evidenciar a distinção fundamental existente entre os caminhos da agroecologia e os do agronegócio.

b) Sistematização das abordagens da entidade para promover o equilíbrio entre gêneros nos processos de desenvolvimento local;

A perspectiva de gênero sempre foi assumida pela entidade como um ponto de atenção em seu processo contínuo de experimentação e desenvolvimento de abordagens metodológicas para a construção do conhecimento agroecológico. No triênio anterior, a entidade, por meio de contratação de consultoria específica, realizou um esforço de avaliar as percepções a esse respeito de suas próprias equipes técnicas e de agricultores e agricultoras diretamente envolvidos nas dinâmicas de inovação agroecológica em seus programas locais. Em síntese, essa avaliação apontou para o fato de que os processos de inovação agroecológica impulsionados com a assessoria da AS-PTA têm criado ambientes sociais favoráveis ao empoderamento das mulheres agricultoras, seja no âmbito de suas famílias, seja nos espaços organizativos em que estão inseridas.

Embora os resultados concretos em termos de promoção da equidade entre gêneros sejam percebidos de forma generalizada por diferentes atores envolvidos nas ações de assessoria da AS-PTA, a entidade e seus parceiros locais não haviam ainda realizado um esforço sistemático para sistematizar os princípios que fundamentam o método de ação e que explicam os resultados práticos que vêm sendo alcançados nesse campo. Essa iniciativa foi desencadeada nos últimos anos, inicialmente em parceria com o Pólo Sindical da Borborema.

Com base em um pequeno conjunto de sistematizações de experiências em desenvolvimento no Agreste da Paraíba que ressaltam os papéis das mulheres agricultoras na promoção da agroecologia, a AS-PTA e o Pólo estão organizando um seminário sobre o tema para permitir que essa reflexão seja realizada coletivamente de forma a favorecer que as organizações vinculadas ao Pólo, sobretudo os sindicatos, estabeleçam suas próprias políticas de gênero.

- c) *Sistematização das abordagens metodológicas da AS-PTA para a promoção do aumento de escala social e geográfico do programa de desenvolvimento local do Agreste da Paraíba por meio da irradiação das redes de agricultores-experimentadores.*

O aumento do alcance das ações dos programas locais da AS-PTA esteve associado fundamentalmente à sua capacidade de apoiar as organizações dos agricultores a assumirem de forma autônoma a condução e a animação dos processos sociais de inovação agroecológica que se irradiam nos municípios e comunidades abrangidos pelos territórios nos quais a AS-PTA atua.

A crescente integração de famílias agricultoras nesses processos sociais se faz a partir de uma lógica de envolvimento em redes locais de inovação autônomas, mas que se articulam entre si abrangendo escalas geográficas e sociais crescentes.

A experiência da AS-PTA de construção de redes de agricultores-experimentadores foi sistematizada por meio de um processo intensivo de reflexão envolvendo a equipe local do Programa Paraíba e a coordenação do Pólo Sindical da Borborema. Por intermédio desse investimento coletivo, foi possível atualizar as bases conceituais e metodológicas que fundamentam a estratégia de ação da entidade bem como criar diretrizes básicas para a ação das organizações vinculadas ao Pólo.

Esse esforço de sistematização foi publicado em alguns artigos que vêm subsidiando debates com outras redes regionais e entidades de assessoria do campo agroecológico no país.

Apoio ao fortalecimento da ANA

Já em sua constituição, após o I Encontro Nacional de Agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia definiu o tema da construção do conhecimento agroecológico como um dos seus eixos mobilizadores. Até o final de 2004, o Grupo de Trabalho estruturado para organizar as reflexões e as ações sobre o tema teve sua agenda fundamentalmente dominada pelos debates promovidos pelo governo federal sobre os rumos da política oficial de Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural. Embora tenha conseguido exercer razoável influência sobre as concepções que finalmente foram consagradas na política, o grupo de trabalho, que até 2005 se auto-intitulava GT-ATER, percebeu a necessidade de alterar sua concepção e seu objeto de interesse de forma a favorecer processos de aprendizado mútuo com base nos acúmulos metodológicos já alcançados a partir dos anos de prática das entidades na promoção do desenvolvimento agroecológico.

A AS-PTA influenciou decisivamente essa mudança de enfoque ao chamar a atenção para o fato de que uma rica diversidade de práticas metodológicas vinha sendo desenvolvida no país e que muito pouco dela havia sido socializada entre as próprias redes e organizações do campo agroecológico. Foi exatamente a partir dessa reorientação que o GT-CCA colocou os esforços de sistematização e intercâmbio das práticas metodológicas no centro de suas atenções. A participação nos espaços onde se debatem políticas públicas relacionadas ao tema permaneceu na agenda do GT embora não com a prioridade com que vinha sendo tratada anteriormente.

O II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), realizado em junho de 2006, polarizou fortemente as ações do GT-CCA desde então. Tendo se mantido na

coordenação do GT, a AS-PTA influenciou fortemente a concepção, a coordenação e a execução de processos e produtos convergentes ao seminário sobre construção do conhecimento agroecológico que ocorreu durante o II ENA.

Um conjunto de 12 sistematizações de experiências sobre métodos de construção do conhecimento agroecológico (práticas participativas de pesquisa e extensão em agroecologia) foram produzidas para serem apresentadas no II ENA. Essas sistematizações foram elaboradas com base em um termo de referência proposto pela AS-PTA e recobriram vasta diversidade temática e geográfica (entidades atuantes em quatro regiões do Brasil). O material resultante desse processo foi editado pela AS-PTA e compôs o livro “Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades” lançado nacionalmente em evento realizado em Brasília, durante reunião do GT-CCA, com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Meio Ambiente e da Embrapa.

O GT-CCA definiu pela continuidade dos processos de sistematização e intercâmbio das práticas metodológicas empregadas pelas entidades de assessoria agroecológica de forma descentralizada, a partir das iniciativas das redes regionais articuladas à ANA.

A partir do início de 2005, por intermédio de um projeto de ação em rede apoiado pelo MDA (projeto Rede ATER-NE), foi estabelecido um programa de formação em agroecologia para técnicos das ONGs. Valendo-se de sua experiência pedagógica anterior, fundamentada em processos de intercâmbio metodológico e na valorização dos acúmulos concretos das entidades, a AS-PTA propôs à articulação das entidades uma sistemática de formação baseada em processos de intercâmbio. A AS-PTA assumiu a coordenação pedagógica desse processo que foi constituído na forma de módulos presenciais intercalados com momentos de sistematização e exercícios práticos realizados pelas equipes das entidades integradas à rede em suas próprias áreas de atuação. No ano de 2005 foram realizados dois módulos. O primeiro, no município de Afogados da Ingazeira-PE (base de atuação das entidades Centro Sabiá e Diaconia) e o segundo em Valente-BA (base de atuação do MOC, da Apaeb e da Ascoob). O terceiro módulo foi realizado em 2006 no município de Lagoa Seca-PB, base de atuação da AS-PTA, e orientou-se para o debate sobre métodos de extensão agroecológica fundamentados em dinâmicas de agricultor a agricultor.

Face à avaliação positiva do processo de formação por todas as entidades integradas à Rede, foi tirada a deliberação de dar-se continuidade aos intercâmbios. Com efeito, percebe-se um impacto significativo do processo de formação sobre as concepções e práticas de várias entidades articuladas à Rede. No geral, os técnicos alegam um efeito positivo da incorporação dos métodos para análise sistêmica exercitados durante os módulos de formação em suas práticas cotidianas de promoção da agroecologia junto a comunidades rurais. O quarto módulo de formação ocorrerá ainda nesse segundo semestre de 2007, no município de Itapipoca-CE, base de atuação da entidade Cetra.

Outra frente de participação do programa no apoio ao fortalecimento das redes do campo agroecológico no período refere-se às assessorias no campo da sistematização de experiências realizadas a entidades vinculadas à Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA-Brasil). Essas iniciativas vêm sendo efetivadas, sobretudo, no quadro do Programa P1+2, um projeto que vem sendo implementado pela ASA-Brasil que

integra um componente relacionado à promoção de intercâmbios de experiências entre agricultores portadores de iniciativas agroecológicas inovadoras.

A AS-PTA influenciou na concepção desse programa ao propor a incorporação desse componente ao projeto de forma a favorecer a interação direta entre agricultores de diferentes estados do Nordeste por meio de atividades de intercâmbio precedidas por sistematizações de experiências.

Para capacitar as entidades de assessoria ligadas à ASA-Brasil, o P1+2 promoveu um conjunto de oficinas específicas que foram assessoradas pela AS-PTA. Esses eventos configuraram-se excelentes oportunidades para a valorização dos acúmulos metodológicos da entidade na área de sistematização de experiências, em particular, e na constituição de redes de agricultores-experimentadores, no geral.

Em 2007 a AS-PTA adaptou e publicou um manual de sistematização de experiências produzido pela Fundação Ilea na Holanda. O objetivo dessa publicação, intitulada “Aprender com a prática”, é o de fornecer alguns subsídios conceituais e metodológicos que permitam a qualificação das sistematizações sobre as abordagens metodológicas empregadas pelas entidades de assessoria, sobretudo ao apresentar instrumentos que permitam que esses esforços sejam realizados de forma participativa.

Outra frente de relacionamento sistemático na ANA que a entidade vem cultivando está relacionada às interações com os movimentos sociais, em particular com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No último Congresso do MST, o enfoque agroecológico foi assumido como referência institucional para a promoção do desenvolvimento dos assentamentos rurais. Desde então o movimento vem intensificando os seus esforços para internalizar a concepção agroecológica em suas bases sociais. Entre esses esforços, cabe destacar os importantes processos de formação para técnicos que atuam na assessoria aos grupos de base.

Tendo a AS-PTA como uma das principais assessoras nesse campo, a Frente de Meio Ambiente do MST propôs uma parceria para a execução de um programa nacional de formação de técnicos e lideranças do movimento. A entidade elaborou uma proposta para a formação de 150 técnicos que atuam nos 23 estados abrangidos pela presença da base do movimento. A proposta do curso foi baseada em essência nos mesmos princípios pedagógicos adotados na dinâmica de formação das entidades da Rede ATER-NE descrita acima, ou seja, encontros presenciais modulares intercalados por exercícios de campo conduzidos pelas equipes locais do movimento. Os dois primeiros módulos de formação foram realizados em 2005. O primeiro teve lugar em Brasília e reuniu o conjunto de técnicos e lideranças integradas ao processo nacional. O segundo foi realizado por meio de eventos organizados regionalmente. No Nordeste, esse evento foi realizado na Paraíba de forma a tirar partido da existência de experiências desenvolvidas pela AS-PTA e seus parceiros locais. O terceiro módulo foi realizado em 2006, na Paraíba, e contou com a participação de 50 técnicos e lideranças do MST de estados de todas as regiões do país. As experiências acumuladas pelas redes de inovação agroecológica coordenadas pelo Pólo Sindical e assessoradas pela AS-PTA foram objeto de debate após visitação.

Apoio ao fortalecimento da ABA-Agroecologia

A fundação da Associação Brasileira de Agroecologia, em 2004, durante o III Congresso Brasileiro de Agroecologia, abriu uma perspectiva inédita para a articulação do campo científico-acadêmico envolvido na Agroecologia no Brasil.

De forma geral, os profissionais desse campo encontram-se isolados politicamente em suas próprias instituições, contam com poucos recursos para o desenvolvimento de suas atividades e atuam em ambientes nos quais seus esforços inovadores não são prestigiados nem reconhecidos. Diante desse quadro, o avanço do enfoque agroecológico nas instituições oficiais vem se dando lentamente e de forma pouco qualificada.

O apoio à criação de um espaço dessa natureza esteve durante muitos anos nos planos estratégicos da AS-PTA. Já em 1999, por ocasião do I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, organizado pela AS-PTA em parceria com a Embrapa Agrobiologia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, essa idéia foi proposta, mas não foi levada à frente devido às dificuldades de monta que impediam que o embrião de uma articulação fosse assegurado e se desenvolvesse. As condições objetivas (políticas e financeiras) para a efetivação da associação foram asseguradas por intermédio dos esforços de articulação realizados com o apoio do Governo do Rio Grande do Sul, durante a gestão Olívio Dutra (1998-2002).

Em outubro de 2005, durante o III Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido pela ABA, o coordenador do Programa Desenvolvimento Metodológico se integrou à diretoria da associação, ocupando a vice-presidência. Essa inserção criou condições mais adequadas para que a AS-PTA contribuísse com a construção política e metodológica da ABA. Na perspectiva da entidade, os seguintes objetivos estratégicos justificam o seu apoio à construção da ABA como instância articuladora do campo acadêmico:

- a) A constituição de um espaço autônomo que favoreça a expressão e o engajamento político de cientistas (pesquisadores, professores e extensionistas) envolvidos na promoção da agroecologia;
- b) O estabelecimento de processos permanentes voltados para a reflexão sobre a organização e os métodos adotados em processos de construção do conhecimento agroecológico, dando destaque às abordagens participativas capazes de fazer interagir o saber científico e o saber popular;
- c) o favorecimento de relações de caráter político-estratégico entre a ABA e a ANA.

As interações entre ANA e ABA vêm sendo estimuladas com o apoio decisivo da AS-PTA. Sendo duas articulações de âmbito nacional recém estabelecidas na defesa e o avanço da agroecologia, a AS-PTA vem apostando na atuação sinérgica e complementar de ambos os espaços.

A AS-PTA propôs que a ABA se integrasse oficialmente ao GT-CCA e à coordenação nacional da ANA, participações essas que se concretizaram a partir de março de 2005.

A AS-PTA defendeu que a associação deve jogar um papel ativo na criação de processos de identificação, sistematização e intercâmbio de experiências metodológicas de ensino, pesquisa e extensão que sejam capazes de mobilizar profissionais das instituições oficiais. Por sugestão e com a participação ativa da AS-PTA, a diretoria da ABA-Agroecologia desenvolveu um planejamento estratégico para que esses processos fossem desencadeados a partir de 2007.

Como atividade incorporada no plano estratégico, a AS-PTA propôs a realização de um seminário sobre construção do conhecimento agroecológico por ocasião do V Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em outubro de 2007. À semelhança do processo ocorrido no II ENA, a AS-PTA elaborou um termo de referência que orientou as sistematizações de experiências apresentadas no seminário. Um conjunto grande de sistematizações foi submetido à avaliação dos organizadores do seminário, tendo 12 delas sido selecionadas para a apresentação. O evento contou com grande participação de profissionais das instituições de pesquisa, ensino e extensão rural, inclusive de ONGs e teve como desdobramento a proposta de continuidade do processo em 2008, de forma descentralizada, nas diferentes regiões do país. Negociações nesse sentido serão realizadas entre a ABA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Apoio aos processos de institucionalização da agroecologia na Embrapa

A AS-PTA vem contribuindo já há muitos anos com grupos de pesquisadores da Embrapa nos seus esforços de oficializar o enfoque agroecológico nas políticas da instituição. Para a AS-PTA a institucionalização da agroecologia na Embrapa tem o potencial de exercer um papel estratégico na construção da perspectiva agroecológica no país já que a empresa é líder no sistema nacional de pesquisa e tem forte influência sobre as políticas das empresas estaduais e das faculdades de ciências agrárias brasileiras.

Nos últimos três anos a AS-PTA esteve representada no Conselho Assessor Nacional Externo da Embrapa e dos seus análogos em três Centros temáticos da instituição (Agrobiologia, Meio Ambiente e Semi-árido). Esses espaços oficiais de participação nos debates sobre as orientações de pesquisa da instituição e de suas unidades têm criado oportunidades fecundas para a proposição de diretrizes inovadoras no sentido de aproximação dos projetos de pesquisa das comunidades de agricultores familiares.

No segundo semestre de 2005, representando o Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico (GT-CCA) da ANA, a AS-PTA participou de um seminário interno da Embrapa, convocado para que as iniciativas de pesquisa em agroecologia já existentes na instituição fossem debatidas. Como desdobramento desse seminário, foi constituído um grupo de trabalho interno à Embrapa, o GT-Agroecologia, que ficou responsável por produzir e colocar em debate uma proposta orientada para a internalização da agroecologia na instituição.

Após quase dois anos de formulações entremeadas com consultas internas e externas à Embrapa, o GT finalizou o documento “Marco Referencial em Agroecologia na Embrapa”, sedimentando os esforços de cerca de 400 pesquisadores que participaram direta ou indiretamente da produção. Pela sua contribuição no processo, a AS-PTA foi convidada a prefaciar o documento que, desde então vem orientando conceitual e metodologicamente as políticas da empresa nesse campo.

Dentre os encaminhamentos já concretizados destaca-se a implantação de uma rede de pesquisa interna à Embrapa orientada à investigação de temas relacionados à transição agroecológica. Essa rede está sendo constituída com a participação de várias organizações da sociedade civil de todas as regiões do país, e cria as condições necessárias para tirar os grupos de pesquisadores em agroecologia do isolamento mútuo que se encontravam até o momento.

2. Objetivos para o Trienal 2008-2010

- Desenvolver um sistema de monitoramento da transição agroecológica a ser implementado, em caráter piloto, pelos Programas Locais da AS-PTA;
- Dar continuidade aos estudos de caso sobre impactos das inovações agroecológicas na sustentabilidade econômica da agricultura familiar;
- Dar continuidade aos processos de reflexão e sistematização dos acúmulos conceituais e metodológicos da AS-PTA no campo do enfoque de gênero nas estratégias de promoção da transição agroecológica;
- Publicar texto sobre o método de análise da sustentabilidade de agroecossistemas em processo de transição agroecológica;
- Participar do grupo de trabalho sobre construção do conhecimento agroecológico da ANA, em particular no apoio aos processos de sistematização, intercâmbio e sínteses de abordagens metodológicas;
- Apoiar o fortalecimento da ABA-Agroecologia como espaço autônomo da sociedade civil voltado para articular o campo científico-acadêmico da agroecologia;
- Assessorar redes de ONGs e movimentos sociais vinculados à ANA na sistematização de experiências visando qualificar os intercâmbios entre agricultores-experimentadores;
- Permanecer apoiando o processo de internalização do enfoque agroecológico na Embrapa

3. Linhas de ação

As ações do Programa estarão orientadas por duas linhas estratégicas complementares: o desenvolvimento e a sistematização de enfoques metodológicos empregados pela AS-PTA em seus programas locais; a participação em diferentes espaços organizativos da sociedade civil e do Estado visando o apoio no desenvolvimento e incorporação de abordagens inovadoras para a construção do conhecimento agroecológico nas instituições atuantes no campo do desenvolvimento rural.

3.1. Desenvolvimento e sistematização das abordagens metodológicas

As iniciativas de experimentação e sistematização metodológica realizadas a partir dos programas locais da AS-PTA jogam papel essencial na permanente renovação da capacidade propositiva da entidade junto às redes e articulações do campo agroecológico das quais participa. Ao serem assumidas como atividades transversais entre os programas, exercem também a função de promover a coesão interna da entidade, favorecendo a criação de uma identidade institucional em torno aos seus princípios metodológicos e estratégias de ação.

Reconstituídas as condições políticas e metodológicas do Programa Paraná, as condições para a retomada dos processos transversais na entidade em torno aos debates sobre abordagens metodológicas tornaram-se igualmente recompostas. No triênio 2008-2010 esses processos estarão concentrados em torno a temas estratégicos priorizados pela entidade tanto por estarem no centro das preocupações da atual conjuntura evolutiva dos programas locais quanto por se apresentarem como objeto de debate nas redes nas quais a entidade interage. São eles:

a) O desenvolvimento de um sistema de monitoramento da transição agroecológica nos territórios nos quais os programas locais da AS-PTA atuam

Esse sistema será concebido como um conjunto articulado de bancos de dados a serem alimentados pelas equipes locais e pelas organizações parceiras da AS-PTA. Ele permitirá uma melhor visualização dos processos de irradiação das dinâmicas de inovação agroecológica nos territórios, com dados sobre número de famílias e comunidades envolvidas, bem como oferecerá a possibilidade de agregar informações sobre os impactos da transição agroecológica sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. Um sistema como essa característica apresenta-se na atual conjuntura dos programas como um instrumento essencial para a organização de informações sobre a evolução dos trabalhos e seus impactos de forma a apoiar os processos de PMA da entidade e de seus parceiros, bem como para fornecer subsídios para a intervenção nos diferentes espaços em que se debatem e formulam políticas públicas.

b) Continuidade dos estudos de caso sobre impactos da transição agroecológica

Os estudos de impacto serão continuados como meios para a organização sistêmica dos conhecimentos associados às diferentes linhas temáticas que estruturam as redes de inovação agroecológica. Além de fornecerem informações sistematizadas do próprio contexto local para subsidiar as atividades de formação agroecológica assessoradas pelos programas locais, esses estudos comporão os bancos de dados do sistema de monitoramento da transição agroecológica que serão desenvolvidos em ambas as regiões.

c) Aprofundamento das estratégias metodológicas para a incorporação do enfoque de gênero nos programas locais e nas políticas institucionais das organizações parceiras

A AS-PTA dará continuidade aos exercícios de sistematização de experiências de promoção da agroecologia a partir do enfoque das relações sociais de gênero e promoverá um conjunto de reuniões e seminários para a reflexão desses casos e elaboração de sínteses coletivas com vistas a subsidiar a implementação de ajustes nas abordagens metodológicas de intervenção das próprias equipes da entidade e das organizações parceiras, sobretudo os sindicatos de trabalhadores rurais.

d) Publicação de texto sobre o método de análise da sustentabilidade de agroecossistemas em processo de transição agroecológica.

A AS-PTA tem sido sistematicamente convocada de redes de ONGs e movimentos sociais integrados ao campo agroecológico brasileiro a assessorar eventos relacionados ao tema da construção do conhecimento agroecológico. Seus acúmulos institucionais têm sido, por essa via, valorizados e debatidos. Em que pese o efeito positivo dessas iniciativas, a entidade tem sentido a necessidade de sintetizar alguns conceitos e métodos que integram a sua abordagem de intervenção em um texto de caráter pedagógico a ser empregado em processos de formação de técnicos e lideranças. Um texto com essa característica será elaborado e publicado no curso do trienal 2007-2010.

3.2. Apoiar o fortalecimento da ANA e da ABA-Agroecologia

O aprimoramento e a disseminação da perspectiva agroecológica nos processos coletivos de construção do conhecimento são desafios centrais colocados para o avanço da agroecologia como referencial técnico-científico orientador de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. Para a AS-PTA, esses desafios serão enfrentados com o aprofundamento dos processos de aprendizado mútuo fundamentados nas redes de intercâmbio de experiências metodológicas nesse campo.

Esses intercâmbios vêm se realizando como parte constitutiva fundamental da construção política e metodológica das redes regionais e nacionais do campo agroecológico brasileiro. A ANA foi criada e vem se desenvolvendo com base nesse fundamento metodológico-estratégico e a ABA-Agroecologia recém inicia a incorporação dessa mesma perspectiva. A intensificação dos processos de sistematização e intercâmbio de experiências

No triênio 2008-2010, a AS-PTA se manterá ativa no apoio à organização dos espaços de interação horizontal entre instituições e/ou grupos informais portadores de experiências significativas para o avanço das abordagens metodológicas de construção do conhecimento agroecológico. Para tanto, permanecerá dando sua contribuição ao grupo de trabalho sobre construção do conhecimento agroecológico da ANA e permanecerá defendendo e apoiando a efetivação dessa estratégia a partir de sua participação na direção da ABA-Agroecologia.

Outro campo de atuação a ser continuado diz respeito às atividades de assessoria na área de sistematização de experiências e monitoramento dos impactos econômicos de processos de transição agroecológica. No campo da sistematização de experiências, um especial destaque será dado aos processos de produção de materiais de comunicação para facilitar os fluxos interativos nas redes de agricultores-experimentadores a partir dos intercâmbios horizontais “de agricultor a agricultor”. Os materiais de sistematização produzidos nas redes assessoradas pela AS-PTA serão cadastrados no sistema de informação agroecologia em rede (ver mais no tópico relacionado ao Centro de Informação).

No campo do monitoramento dos processos de transição agroecológica, a AS-PTA manterá seu apoio à Rede Ater-NE, assessorando processos de experimentação e intercâmbio de métodos de monitoramento, valorizando, para tanto, seus acúmulos gerados nos programas locais.

A interação das instituições oficiais de pesquisa em programas desenvolvimento local orientados pelo enfoque agroecológico será objeto de atenção específico no triênio. A AS-PTA estimulará a crescente articulação dos debates sobre o tema organizados no âmbito da ANA e da ABA-Agroecologia, de forma a favorecer que as políticas de pesquisa em agroecologia sejam abordadas de forma integrada por ambas as articulações nacionais. Nesse campo de atenção, especial ênfase será atribuída ao acompanhamento do processo de internalização na Embrapa das diretrizes conceituais e metodológicas apresentadas no seu documento “Marco Referencial em Agroecologia”.

4. Metas e meios de verificação

4.1. Desenvolvimento e sistematização das abordagens metodológicas

- Sistema de monitoramento da transição agroecológica nos territórios abrangidos pelos programas locais da AS-PTA desenvolvido e implantado;
- Estudos sobre avaliação de impactos econômicos dos processos de transição agroecológica realizados (15 estudos em cada programa local) realizados;
- Seminário interno na AS-PTA sobre enfoque de gênero nas abordagens metodológicas de promoção da transição agroecológica;
- Produção de texto síntese sobre abordagens metodológicas da AS-PTA para focar a perspectiva de gênero em seus programas de desenvolvimento local;
- Produção e publicação de texto sobre o método de análise da sustentabilidade de agroecossistemas em processo de transição agroecológica

4.2. Apoiar o fortalecimento da ANA e da ABA-Agroecologia

- Organizar e coordenar três reuniões do Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da ANA;
- Assessorar três eventos regionais de redes de ONGs no campo das abordagens metodológicas para a promoção da agroecologia;
- Organizar e coordenar processo nacional de sistematização e intercâmbio de experiências sobre pesquisa científica inserida em programas de desenvolvimento local (em articulação com o GT-CCA da ANA e com a diretoria da ABA-Agroecologia).

IV.3.2. Programa de Políticas Públicas

1. Balanço do Trienal 2005-2007

1.1. Fortalecimento do campo agroecológico

Em consonância com os objetivos a que se propõe, o Programa de Políticas Públicas foi implementado ao longo do período trienal em estreita convergência com as atividades da Articulação Nacional de Agroecologia. O II ENA, em particular, ao organizar o processo avaliativo das políticas públicas governamentais a partir de experiências concretas de desenvolvimento local nas diversas regiões do País, criou um ambiente fecundo para a participação e a expressão pública da AS-PTA em torno aos distintos temas em debate:

- as políticas de pesquisa e extensão rural;
- as políticas de crédito em suas várias modalidades (Pronaf, Fundos Rotativos Solidários, Fundos não-Governamentais e Proambiente);
- as políticas de sementes, mudas e espécies medicinais;
- as políticas de segurança e soberania alimentar;
- as políticas de reforma agrária e direitos territoriais das populações tradicionais;
- políticas de acesso a mercados envolvendo notadamente o Programa de Aquisição de Alimentos e as feiras locais.

Representantes dos gestores governamentais dessas políticas associaram-se aos produtores, produtoras e técnicos participantes do evento no debate sobre as mesmas. Nesse processo, as organizações da ANA consolidaram seu papel de interlocução com os formuladores e executores das políticas governamentais.

Embora seja inegável o impacto do II ENA tanto para dentro do campo agroecológico como junto aos poderes públicos e a parcelas significativas da sociedade, alguns problemas devem ser pontuados.

Uma primeira ordem de problemas situa-se no descompasso entre o ritmo com que os grandes movimentos sociais no campo brasileiro (Contag, Fetraf e Via Campesina) estão convertendo sua adesão política à proposta do desenvolvimento agroecológico e os processos efetivos de promoção da agroecologia em suas bases. Isso se reflete no peso ainda relativamente menor das reivindicações de conteúdo agroecológico nas pautas de negociação dessas organizações junto ao governo. A sensibilização das bases desses movimentos vem se dando mais de forma horizontal, pela inserção espontânea delas em redes locais de inovação agroecológica do que pelo estímulo pró-ativo das direções.

Um segundo campo de problemas está na dificuldade de se manter viva e dinâmica a rede de entidades participantes da ANA frente às dificuldades financeiras que vêm assolando cada uma delas e ao custo das operações de intercâmbio que são a alma do processo de construção coletiva do campo agroecológico.

O terceiro problema encontra-se na dificuldade de as entidades da ANA participarem de forma articulada e coletivamente construída nos processos de formulação e reformulação das políticas públicas dado o ritmo acelerado imposto pela agenda governamental.

1.2. Financiamento da transição para sistemas agroecológicos

Os **Fundos Rotativos Solidários** (FRS) passaram, no período, por um intenso processo de sistematização e avaliação que demonstrou sua adequação às condições dos agricultores familiares, em particular na região Nordeste. A ênfase nas experiências de financiamento de cisternas através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) não obscurece o fato de que inúmeros FRS foram criados para financiar outras infra-estruturas hídricas como banco de sementes e mudas, equipamentos de silagem, compras de esterco e animais, dentre outros. Nos casos mais avançados evoluiu-se na direção da criação de fundos não especializados, voltados para o financiamento de múltiplas atividades na transição agroecológica.

OS FRS's, entretanto, têm se mostrado, até agora, mais adequados a financiamentos pontuais em volumes limitados. Faz-se necessário avaliar como eles podem responder a demandas mais significativas de financiamento em processos de mais longo prazo.

Uma experiência-piloto com o **Pronaf Semi-Árido** foi levada a efeito parcialmente com um grupo de agricultores do município de Lagoa Seca, na Paraíba. Ficou evidente que as exigências do sistema financeiro para a formulação dos projetos de crédito inviabilizam essa operação, mesmo quando se dispõe de um forte apoio técnico. O exercício permitiu, entretanto, que agricultores e técnicos formassem propostas para alterar tanto os princípios orientadores dessa modalidade de crédito como a forma de

acesso ao mesmo. Estas propostas estão, no momento, em negociação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No caso do **Pronaf Agroecologia**, que deveria ter sido testado com agricultores no âmbito do programa local do Paraná, não foi possível realizar o exercício, em função das contingências de reorganização do programa.

De modo geral, apesar de alguns avanços nas propostas para o Pronaf Semi-Árido, continuam ainda pouco aprofundadas as condições em que se dão os processos de transição agroecológica, quais as necessidades de financiamento e quais as condições mais adequadas para utilizá-lo e pagá-lo.

1.3. Políticas públicas municipais

As iniciativas em torno a esse tema específico não foram além do estágio de diagnóstico, cuja execução e sistematização foram compartilhadas com as lideranças do Pólo da Borborema, na Paraíba. Frustrou-se, no entanto, a expectativa da formulação de um Plano de Ação para o desenvolvimento do município de Lagoa Seca. O Pólo e a AS-PTA não tiveram condições políticas e institucionais para levar adiante a elaboração do Plano e para criar um elemento de pressão sobre a prefeitura local. A perda de espaço político das lideranças do Pólo participantes do executivo municipal desanimou as direções e as levou a colocar ênfase em outras iniciativas em parceria com a AS-PTA.

1.4. Desenvolvimento territorial

O Pólo da Borborema logrou um excelente resultado em seus esforços para influenciar a organização dos programas de desenvolvimento territorial na região. Os projetos do território, elaborados por um amplo coletivo de gestão territorial envolvendo todas as forças políticas locais, incorporaram o enfoque proposto nos programas conjuntos Pólo- ASPTA. Contra a tendência generalizada de organizar os programas de desenvolvimento local por cadeias produtivas, o Território da Borborema adotou a organização por temas (saúde e alimentação, recursos hídricos, recursos genéticos, criação animal...) e orientou-se segundo uma divisão do espaço baseada em molduras ambientais.

Não foi possível fazer o diagnóstico territorial em conjunto com outros parceiros locais, mas o Pólo vem realizando-o e socializando os resultados com o coletivo de gestão.

1.5. Programa de Sementes

A questão das sementes crioulas foi das mais polêmicas no período do Trienal. Por um lado, conseguiu-se vencer as barreiras jurídico-administrativas que restringem o acesso ao crédito para os agricultores que as utilizam. Por outro lado, as normativas e a legislação que orientam o seguro agrícola criado pela SAF/MDA para os créditos do Pronaf contradizem os ganhos obtidos pelos agricultores familiares através da Lei de Sementes ao negarem o direito ao seguro para os que plantam sementes crioulas. Pressões políticas dos movimentos sociais organizados na ANA obtiveram, por 3 anos seguidos, que o Banco Central decretasse uma situação de excepcionalidade e permitisse o pagamento do seguro aos agricultores familiares que usaram o crédito Pronaf plantando sementes crioulas.

Intensas negociações entre representantes da ANA, através do grupo de trabalho sobre Agrobiodiversidade com os responsáveis do SEAF/SAF/MDA (sistema de seguros vinculado ao Pronaf) e com os técnicos do Ministério da Agricultura responsáveis pelo Registro Nacional de Cultivares e pelo Zoneamento Agrícola centravam-se na procura de formas de compatibilizar as legislações através da criação uma modalidade “sui generis” de registro das variedades crioulas, de sua inserção no Zoneamento Agrícola e nos sistemas de crédito. Essas negociações chegaram a um impasse ainda não resolvido, pois não foi possível chegar a um acordo sobre os indicadores que permitiriam a identificação das sementes crioulas para incluí-las no RNC.

Não se conseguiu no período criar um programa nacional de sementes crioulas ou mesmo um programa experimental sediado na Paraíba, com o apoio do governo. Ao contrário, a SAF/MDA criou um programa de sementes para a região nordeste à contra-corrente das propostas de valorização das sementes crioulas. Através desse programa foram distribuídas aos agricultores familiares variedades convencionais de milho e feijão produzidas pela Embrapa, que se mostraram – como previsto pelas entidades da ANA e como as mesmas advertiram o governo – pouco adaptadas às condições das famílias “beneficiadas”. A natureza desse programa e seus resultados reiteram o carácter ambivalente das atuais políticas governamentais relacionadas à agricultura familiar, mesmo nos nichos onde se estabelecem parcerias mais sistemáticas com as organizações da sociedade civil.

Apesar desses limitantes, o debate sobre sementes entre as entidades da ANA e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Agricultura resultaram na criação em parceria com a ANA de um Programa de Agrobiodiversidade, que tem como objetivo a implementação de uma política nacional para as sementes crioulas, mudas e plantas medicinais.

1.6. Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”

O balanço feito pela Campanha se organiza em torno de dois focos: as fragilidades ressentidas e as oportunidades que emergiram no período.

Fragilidades

- Falta ao grupo que vem animando a Campanha a participação mais orgânica de entidades do campo da saúde, que possam mobilizar informações sobre o tema e comunicar-se mais diretamente com o público urbano.
- O meio acadêmico manteve-se de forma geral bastante omissa no debate neste período. Há muitos pesquisadores críticos aos transgênicos, mas pouquíssimos estão dispostos a ter uma participação mais ativa no debate. Essa dificuldade tem pelo menos três principais conseqüências: em primeiro lugar, são esses os atores com maior legitimidade para tratar de aspectos técnicos sobre os impactos dos transgênicos; segundo, porque uma participação mais efetiva do campo acadêmico poderia promover um salto de qualidade na intervenção dos representantes da sociedade civil na CTNBio; e por fim, porque é muito difícil manter preenchidos todas as assentos da sociedade civil na CTNBio e, assim, obter o máximo de impacto no embate interno na Comissão.
- A questão da comunicação de massa sempre foi um fator limitante já que a imprensa conservadora se alinha com as posições e interesses do agronegócio.

Com as vitórias obtidas no campo político-jurídico e o conseqüente bloqueio de novas liberações de transgênicos, a grande imprensa vem sendo forçada a dar destaque às ações da Campanha. Por mais que a cobertura seja sempre no sentido de nos desabonar, ganhamos ao acirrar a controvérsia, tanto sobre os transgênicos, como sobre o funcionamento da CTNBio.

- Ainda no campo da comunicação, pouco material de formação foi produzido pela Campanha em 2006.
- Do ponto de vista operacional, a Campanha sempre foi dinamizada a partir de um grupo reduzido de entidades, mas com boa capacidade de mobilização e incidência sobre o governo, e por ações voluntárias de entidades e movimentos. O último seminário ampliado da Campanha em que foi discutida sua organicidade foi realizado em 2003.

Apesar do posicionamento historicamente crítico aos transgênicos, as organizações do campo agroecológico têm mantido pouca interação com a Campanha e realizado poucas ações sobre o tema.

Oportunidades

- No campo da comunicação, é de se destacar a importância da entrada no circuito de canais como as agências *Carta Maior*, *Chasque* e *Notícias do Planalto*, bem como do *Jornal Brasil de Fato*. São veículos que potencializam a comunicação para o público mais próximo e que têm mantido o espaço permanentemente aberto para o tratamento crítico do tema.

A parceria com esses canais poderá também se traduzir na produção de matérias como vídeos ou documentários que possam atingir um número ainda maior de pessoas.

- Os esforços para construir e manter um grupo de apoio aos integrantes da CTNBio têm gerado resultados positivos também no campo da pesquisa. Principalmente em 2007, a polêmica em torno à CTNBio e à liberação irresponsável do milho motivou a publicação de manifestos e cartas ao governo assinada por cientistas de diferentes áreas.

A perspectiva de liberações comerciais e o acirramento da disputa têm levado naturalmente a uma maior mobilização sobre o tema. Esse momento é favorável para a ampliação da rede de animação da Campanha e para a participação mais orgânica de outros atores.

- Ao longo dos anos, a campanha estabeleceu boas articulações no plano internacional com os principais movimentos e redes na luta contra os transgênicos. Essas articulações ajudam muito na mobilização de informações e no acompanhamento de temas internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica/Protocolo de Cartagena.
- Por mais que seja um problema dos mais graves para a agrobiodiversidade e para a agricultura sustentável, a questão da contaminação é uma “oportunidade” para se intensificar o debate entre as organizações de agricultores e ao mesmo tempo trabalhar sua participação mais ativa nas ações de combate aos transgênicos e na criação de estratégias locais de resistência.
- O último encontro da coordenação da ANA em maio de 2007 colocou o tema dos transgênicos em destaque, o que abre espaço para maior envolvimento com as entidades do campo agroecológico.

- A experiência da Campanha contra os transgênicos vai naturalmente convergindo para sua integração com lutas semelhantes. São os casos das patentes sobre seres vivos, da apropriação privada das sementes, dos recursos genéticos e dos conhecimentos indígenas e tradicionais e da liberalização dos agrotóxicos. A articulação dessas lutas tem o potencial de caminhar para um movimento contra o controle corporativo e privatizante dos recursos naturais e da própria vida.

1.7. Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (FNDRS)

A proposta do FNDRS não teve avanços no período. Embora tenha sido aprovada pelo Condraf, as secretarias do MDA que gerem recursos para atividades voltadas à promoção da agroecologia não tiveram condições formais/institucionais, além de vontade política, para alocá-los a um fundo comum, tal como originalmente proposto pela AS-PTA. Por outro lado, a Coordenação da ANA não chegou a posicionar-se sobre o tema, o que lhe retirou poder de pressão sobre a agenda do governo.

As condições restritivas e inadequadas em que estão operando os financiamentos públicos para as várias atividades relacionadas à promoção da agroecologia por organizações da sociedade civil (ATER, capacitação, desenvolvimento territorial, PAA e pesquisa) têm levado várias entidades, movimentos e agências do próprio governo a perceberem a extrema ineficiência dos procedimentos para acesso e a gestão dos recursos, tais procedimentos estão na base das situações de crise institucional e financeira por que passam muitas organizações.

Com este pano de fundo de crise, a proposta do FNDRS vem de novo à baila e está sendo inscrita na pauta de temas do recém criado Comitê de Agroecologia do Condraf.

1.8. Política de reconversão da cultura do fumo

As atividades específicas relacionadas às alternativas ao cultivo do fumo não integram as linhas de ação propostas no Plano Trienal 2005-07. Elas surgiram como demanda emergente dos agricultores da região centro-sul do Paraná. A Convenção Quadro para Controle do Fumo, assinada pelo Brasil, vem suscitando discussões sobre como implementá-la sem penalizar as mais de 300 mil famílias fumicultoras do país. Traçar uma política de reconversão da fumiicultura a outras alternativas econômicas foi a motivação que levou a AS-PTA, junto com o STR de Rio Azul, a iniciar um processo experimental no município.

O diagnóstico da (in)sustentabilidade da cultura do fumo foi realizado e serviu de base para a formulação de um programa de ação do STR, financiado pela SAF/MDA, voltado, numa primeira etapa, para a transição agroecológica incorporando a produção fumageira. A reconversão deverá tornar as famílias produtoras, ao mesmo tempo, menos dependentes das indústrias fumageiras e mais familiarizadas com as práticas agroecológicas, o que facilitará a etapa subsequente de substituição do fumo por outras atividades produtivas.

1.9. Políticas de Pesquisa Agrícola

A AS-PTA vem participando intensamente de debates com pesquisadores da Embrapa que têm se dedicado à pesquisa em agricultura agroecológica ou orgânica. Longos anos de interação contribuíram decisivamente para a formulação do “Marco

Referencial em Agroecologia” – documento formal da Embrapa elaborado por quase 400 pesquisadores.

A importância do documento é significativa ao introduzir formalmente e legitimar na Embrapa a pesquisa agroecológica. No entanto, os recursos disponíveis para tanto são largamente insuficientes. Além disso, persistem problemas metodológicos e de organização da pesquisa a serem superados para tornar mais efetivo o avanço institucional nesse campo.

2. Objetivos específicos para o Trienal 2008-2010

O Programa de Políticas Públicas estará concentrado no período do Trienal 2008-10 em torno aos seguintes temas prioritários: Financiamento da transição agroecológica; Promoção da agrobiodiversidade; Transgênicos; Relações com os mercados e financiamento público das ONGs. Os objetivos específicos correspondentes são os seguintes:

- Contribuir para a reformulação das políticas e procedimentos dos créditos Pronaf, tornando-os mais adequados às necessidades e condições do financiamento da transição agroecológica dos sistemas produtivos familiares nas várias regiões.
- Contribuir para a formulação de uma política nacional de apoio aos Fundos Rotativos Solidários, expandindo seus recursos e superando os atuais entraves legais.
- Contribuir para a formulação do Programa Nacional de Agrobiodiversidade com ênfase na regulamentação legal das variedades crioulas e na defesa dos direitos dos agricultores, notadamente através das Leis de Sementes e de Cultivares.
- Contribuir para a ampliação do PAA, tanto pela simplificação dos mecanismos de acesso como pela expansão dos seus recursos.
- Intervir em distintos espaços públicos visando à redefinição das normas de acesso e de gestão de recursos públicos pelas entidades da sociedade civil.
- Dar continuidade e conferir maior amplitude social e política à Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”:
 - dando continuidade à luta contra a liberação dos transgênicos no Brasil;
 - monitorando a implementação da lei de biossegurança e a instituição da política nacional de biossegurança;
 - apoiando ações descentralizadas de organizações parceiras;
 - incentivando a criação de estratégias de salvaguarda contra a contaminação por transgênicos;
 - conferindo maior amplitude à comunicação sobre os temas da Campanha;
 - lutando pela aplicação da lei de rotulagem.

3. Linhas de ação

3.1. Pesquisa

Tendo em vista qualificar as propostas para as políticas de **crédito Pronaf** será necessário avaliar as necessidades de financiamento dos processos de transição agroecológica nas diferentes condições da agricultura familiar. Para tanto, a AS-PTA

contribuirá com duas pesquisas, aplicadas na Paraíba e no Paraná. A primeira, com objetivos mais amplos, estará destinada ao diagnóstico dos diferentes “caminhos” da transição agroecológica, identificando os entraves e potencialidades (técnicas, financeiras, mercadológicas, organizativas e outras) que limitam ou favorecem a adoção da proposta agroecológica na escala das propriedades. A segunda, procurará analisar as estratégias dos agricultores em estágios avançados de transição agroecológica para financiar esse processo.

Para enfrentar a complexa questão da regulamentação das **sementes crioulas** será realizada pesquisa no âmbito dos programas locais do Paraná e da Paraíba, através da qual se exercitará com as famílias agricultoras a identificação de critérios distintivos entre diferentes variedades.

3.2. Sistematização de experiências

A sistematização das experiências de resgate, melhoramento, conservação e uso de variedades crioulas na Paraíba e no Paraná deverá ser feita de modo a identificar como vem se dando a expansão da oferta de sementes nas duas regiões e como as políticas públicas vêm facilitando ou dificultando esse processo.

A sistematização das experiências de compra de alimentos da agricultura familiar pela Conab será feita na ótica de se avançar na simplificação das normativas que regulam o acesso a esse mercado institucional, de forma a permitir o aumento das oportunidades nele existentes.

3.3. Elaboração das propostas de políticas públicas

Com base nas pesquisas acima indicadas, vai ser possível realizar com os agricultores nos dois estados, um exercício de avaliação da natureza e dos volumes de recursos requeridos para o **financiamento da transição**, os prazos e ritmos necessários para realizá-la, a distribuição dos investimentos no tempo e as condições de pagamento. Com base nessas informações será possível discutir e propor novas orientações às políticas do Pronaf, as diferentes formas de financiamento e as respectivas normativas. Esses dados permitirão avaliar, igualmente, a adequação do sistema de FRS para financiar a transição agroecológica. As propostas decorrentes desse processo serão levadas à discussão no GT Financiamento da ANA que, à luz de outras iniciativas e propostas, se encarregará de uma formulação de síntese para negociação com os poderes públicos.

A AS-PTA levará uma proposta de registro das variedades crioulas como subsídios à discussão do GT Agrobiodiversidade da ANA, com base nas pesquisas sobre descritores realizadas no âmbito dos programas locais.

Da mesma forma, a sistematização das experiências com variedades crioulas servirá de base para a formulação de uma proposta de programa para sua multiplicação.

A experiência da AS-PTA com o PAA será levada para o GT Mercados da ANA e se somará a outras sistematizações visando à produção de uma proposta de mecanismos simplificados de acesso ao Programa a ser negociado com a Conab.

A AS-PTA manterá sua participação na comissão de organizações e movimentos sociais que discute com o governo federal a redefinição das normas reguladoras do

acesso das organizações da sociedade civil aos recursos públicos para o desenvolvimento.

3.4. Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”

A Campanha desenvolverá quatro linhas de ação no período:

- **No campo jurídico-político**, realizando atividades que dizem respeito à Campanha no plano nacional, envolvendo principalmente ações de incidência sobre o governo federal e ações judiciais;
- **No campo da formação e mobilização**, envolvendo atividades realizadas em parceria com organizações e movimentos sociais, além de redes temáticas, regionais e a ANA.
- **No campo da coordenação**, através de iniciativas que visem à ampliação da escala de abrangência social e geográfica da Campanha bem como da busca de convergências e de coesão política entre os participantes.
- **No campo da comunicação**, buscando a interação com públicos mais amplos e aprimorando os instrumentos de interlocução.

4. **Metas e atividades**

4.1. Financiamento da transição agroecológica

Meta 1 – Normativas do Pronaf ajustadas para favorecer os processos de transição agroecológica.

Meta 2 – Normativas dos bancos ajustadas para projetos agroecológicos.

Meta 3 – Criação de marco legal e de um fundo de fomento aos FRS's.

Atividades:

- Diagnóstico da transição agroecológica no âmbito dos programas locais do Paraná e da Paraíba;
- Avaliação das necessidades de financiamento da transição agroecológica no Paraná e na Paraíba;
- Elaboração de propostas de normativas (Pronaf, Bancos, FRS's) em diálogo com as organizações parceiras;
- Discussão das propostas no GT Financiamento da ANA;
- Participação nas negociações entre a ANA e o governo;
- Participação no GT Crédito do Comitê de Agroecologia do Condraf.

4.2. Relação com os mercados

Meta 1 – Simplificação das normativas de acesso ao PAA;

Meta 2 – Ampliação dos recursos e da cobertura dos contratos celebrados pelo PAA.

Atividades:

- Sistematização da experiência com o PAA na área de abrangência do Pólo da Borborema;
- Apoio à formulação de um contrato com o PAA por organizações parceiras do Paraná;
- Avaliação crítica da atual configuração do PAA e discussão de novas normativas com as organizações parceiras na Paraíba e no Paraná;
- Discussão e propostas para o PAA no âmbito do GT Mercados da ANA;
- Participação nas negociações entre a ANA e o governo federal em torno à reorientação do PAA.

4.3. Promoção da agrobiodiversidade

Meta 1 – Ajuste e implementação do Programa Nacional de Agrobiodiversidade;
Meta 2 – Formulação e execução de Programa de Sementes Crioulas no Semi-Árido;
Meta 3 – Manter os direitos dos agricultores nas leis de Sementes, Cultivares e Acesso a Recursos Genéticos.

Atividades:

- Animação do GT Agrobiodiversidade da ANA;
- Pesquisa no Paraná e Paraíba sobre descritores das variedades crioulas;
- Sistematização das experiências de resgate, conservação, melhoramento e multiplicação das sementes de variedades crioulas de milho e feijão na Paraíba e no Paraná;
- Seminário interno da AS-PTA para discutir proposta de um programa de sementes crioulas;
- Discussão da proposta do programa de sementes no GT Agrobiodiversidade da ANA;
- Participação nas negociações do GT Biodiversidade com o MMA e MDA;
- Animação das campanhas da ANA, sobre as legislações relacionadas ao direito de acesso dos agricultores aos recursos da biodiversidade, bem como às leis de sementes e cultivares;
- Produção de material informativo para as campanhas.

4.4. Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”

1. No campo político-jurídico

Metas:

- Monitorar os trabalhos da CTNBio bem como do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e das iniciativas e decisões do governo no campo da biossegurança; e

- Buscar reparação judicial quando for infringido o princípio da precaução ou a legislação.

Atividades:

- Acompanhamento sistemático das reuniões da CTNBio;
- Prestar assessoria técnica e jurídica a integrantes da CTNBio;
- Propor audiências com autoridades;
- Preparar e interpor ações judiciais e monitorar seus desdobramentos.

2. No campo da formação e mobilização

Metas:

- Apoiar e assessorar organizações de agricultores, movimentos sociais e redes para a realização de atividades relacionadas ao tema e para a criação de mecanismos de ação contra a contaminação por transgênicos; e
- Ampliar o debate sobre responsabilização por danos causados pela liberação dos transgênicos e buscar reparação judicial quando forem infringidos os direitos de agricultores ou consumidores.

Atividades:

- Participar de reuniões, cursos, eventos e encontros de movimentos, entidades e redes;
- Promoção de intercâmbios sobre experiências internacionais com legislações de biossegurança; e
- Organizar reuniões periódicas de debate com cientistas independentes.

3. No campo da coordenação da Campanha

Metas:

- Animar o grupo coordenador da Campanha; e
- Constituir uma coordenação ampliada da Campanha.

Atividades:

- Promover debates e reuniões periódicas do grupo coordenador; e
- Organizar uma reunião anual da coordenação ampliada da Campanha.

4. No campo da comunicação

Metas:

- Ampliar o público atingido pelos materiais de comunicação produzidos pela Campanha; e
- Trabalhar em parceria com as assessorias de imprensa de movimentos sociais e de redes locais e regionais para a divulgação do tema em diferentes mídias.

Atividades:

- Produção de um boletim eletrônico semanal e um internacional mensal;
- Preparar e divulgar artigos de opinião e notas à imprensa; e
- Produzir documentos e materiais de formação.

4.5. Financiamento público das ONGs

Meta 1 – Elaboração de propostas de normativas de regulação;

Meta 2 – Negociação das normativas com o governo federal.

Atividades:

- Participação na comissão “*ad hoc*” da sociedade civil.

5. Meios de verificação

5.1. Financiamento da transição agroecológica

- Textos dos diagnósticos da transição agroecológica no Paraná e na Paraíba.
- Textos sobre os diagnósticos do financiamento da transição agroecológica no Paraná e na Paraíba.
- Textos com propostas de novas normativas para o crédito Pronaf.
- Texto com proposta de normas para acesso aos recursos da Secretaria de Economia Solidária (FRS's).
- Textos com as normativas do governo.
- Relatórios das reuniões do GT Financiamento da ANA.
- Relatórios do GT Crédito do Comitê de Agroecologia do Condraf.

5.2. Relação com os mercados

- Novas normas do PAA;
- Ampliação dos recursos do PAA;
- Texto de sistematização da experiência da Paraíba;
- Projeto do PAA do Paraná;

- Relatório da reunião conjunta Paraná/Paraíba/Rio (AS-PTA + parceiros);
- Relatórios das reuniões do GT Mercados da ANA.

5.3. Promoção da agrobiodiversidade

- Texto do Programa Nacional de Agrobiodiversidade;
- Texto do Programa de Sementes Crioulas no Semi-Árido;
- Leis de Sementes, Cultivares e Acesso a Recursos Genéticos;
- Relatórios das reuniões do GT Agrobiodiversidade da ANA;
- Textos das sistematizações das experiências de conservação e uso de sementes crioulas;
- Relatório do seminário interno da AS-PTA para discussão do programa de sementes.

5.4. Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”

1. Campo político-jurídico

- Participações em reuniões da CTNBio;
- Reuniões e encontros organizados;
- Petições interpostas;
- Notas divulgadas;
- Artigos publicados;
- Audiências realizadas;
- Ações interpostas e monitoradas.

2. Formação e mobilização

- Número de reuniões e encontros assessorados;
- Materiais de comunicação produzidos e difundidos.

3. Comunicação

- Boletins, artigos, material áudio-visual e outros documentos de comunicação editados;
- Informações produzidas pela Campanha reproduzidas na imprensa dos movimentos e organizações sociais.

4. Coordenação

- Relatórios de reuniões e outros documentos oriundos da coordenação da Campanha.

5.5. Financiamento público das ONGs

- Relatórios das reuniões da comissão “ad hoc” da sociedade civil;
- Propostas de novos instrumentos legais de regulação.

IV.4. Centro de Informação

1. Balanço do Trienal 2005-2007

Com a instalação da crise financeira da AS-PTA, em meados de 2005, a instituição foi levada a redimensionar as metas que havia estabelecido para o Centro de Informação (CI) para o triênio 2005-2007. O maior impacto da crise financeira se fez sentir sobre as metas relacionadas ao projeto de modernização do centro de documentação, entre elas o desenvolvimento e implementação de metodologia de linguagem controlada para a classificação do acervo e a disponibilização das informações do mesmo para consultas via internet. As restrições financeiras inviabilizaram, na prática, a manutenção, na equipe da AS-PTA, da profissional documentalista encarregada de conceber e implementar os projetos nessa área, tendo sua dispensa ocorrida já em 2005. O acirramento da crise obrigou a instituição, em 2007, a reduzir o espaço físico do escritório no Rio de Janeiro, com a entrega da sala até então destinada ao acervo do centro de documentação e à realização de pesquisas por visitantes externos.

Em que pese essa reversão de expectativas relacionadas às metas para o CI para o triênio, a entidade conseguiu manter e colocar em prática a sua estratégia de reorientar a própria vocação do centro, de forma a assumir função ativa na produção, organização e disseminação de informações qualificadas para subsidiar a construção do campo agroecológico no Brasil.

Além da continuidade e consolidação dos projetos voltados à mobilização e divulgação de experiências concretas de promoção da agroecologia (a revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* e o sistema *Agroecologia em Rede*), o centro esteve ativo no apoio à construção de uma política de informação na ANA. O desenvolvimento de um novo site institucional no período é também uma atividade de destaque.

*a) Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia**

Com o total de 12 edições da revista publicadas nos últimos três anos (ver quadro abaixo), o periódico se consolidou no período como um instrumento referencial amplamente reconhecido e valorizado no movimento agroecológico brasileiro. Tanto o fluxo de subscrições como o dos artigos originais elaborados por autores brasileiros vêm superando as projeções iniciais, demonstrando o papel positivo atribuído à revista por atores sociais articulados a organizações e redes regionais da ANA e da ABA nas diferentes regiões do país.

Tema da revista	Mês de publicação	Numeração
Infância e juventude no mundo rural	<u>Abril/05</u>	<u>V. 2, N. 1</u>
Beneficiamento da produção e acesso aos mercados	Junho/05	V. 2, N. 2
Gerando Riquezas e novos valores.	Outubro/05	V. 2, N. 3
Criação de pequenos animais.	Dezembro/05	V. 2, N. 4
Das práticas às políticas públicas	<u>Abril/06</u>	<u>V. 3, N. 1</u>
Sistematização: conhecimento que vem das práticas	Julho/06	V. 3, N. 2
Caminhos da transição agroecológica	Outubro/06	V.3, N.3
Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local	Dezembro/06	V.3, N.4
Indo além da substituição de insumos	Abril/07	V. 4, N. 1
Organizações locais na promoção do desenvolvimento	Julho/07	V.4 N.2
Sementes da biodiversidade	Outubro/07	V.4 N.3
Saúde pela Natureza (no prelo)	Dezembro/07 (previsão)	V.4, N.4

Ao final do triênio, o número de assinantes da revista chegou à casa dos 3.000 (entre pessoas e instituições). Esse universo está bem distribuído em todas as regiões do país e contempla pessoas de variadas inserções sociais (entre agricultores, técnicos de ONGs e instituições oficiais de extensão, pesquisadores, professores e estudantes).

Os temas das revistas foram definidos em reuniões internacionais da Rede Leisa, coordenada pela Fundação ILEIA, da Holanda. Todos têm relação direta com eixos mobilizadores das dinâmicas sociais de inovação agroecológica no Brasil.

A revista tem jogado um papel importante para a divulgação de experiências desenvolvidas nos programas e projetos da AS-PTA. Além dos artigos em si, a entidade elabora editoriais, apresentando seus pontos de vista sobre os temas enfocados, propondo também análises sobre a evolução das experiências temáticas apresentadas a cada edição da revista.

Durante o triênio, a AS-PTA desenvolveu juntamente com a Fundação ILEIA a página web da revista: www.agriculturas.leisa.info. O site tem recebido uma média de 3000 mil visitas mensais e vem desempenhando importante papel ao facilitar o acesso dos leitores da revista e outros interessados eventuais aos artigos e informações sistematizadas e divulgadas por meio das edições impressas. Vincula também os sites da edição global e as demais edições regionais que, de forma similar, disponibilizam o conjunto de edições anteriormente publicadas. Com um sistema de busca amigável, o usuário encontra os artigos de seu interesse, eventos, sites associados ou publicações indexadas no Centro de Documentação da Fundação ILEIA. Recentemente foi implementada a função Dossiês Temáticos, que oferece informação adicional sobre os temas orientadores das edições das revistas. A página eletrônica permite ainda que pessoas e instituições efetuem suas subscrições e proporciona à equipe de administração das subscrições instrumento para o controle da base de dados dos assinantes.

A revista e o site vêm sendo produzidos por uma equipe executiva enxuta que conta com a cooperação dos membros do conselho editorial, de editores convidados e de prestadores de serviços da área de produção editorial.

Em 2007, a AS-PTA realizou um estudo junto aos assinantes da revista para avaliar o impacto da publicação. Até o momento da elaboração deste documento, as respostas aos questionários distribuídos (8% do total de assinantes responderam) não haviam sido analisadas de forma sistemática. No entanto, por meio de uma pequena amostragem das respostas bem como pela chegada de mensagens enviadas espontaneamente pelos assinantes, já pudemos avaliar a efetiva contribuição do periódico na divulgação e no estímulo aos processos sociais de inovação agroecológica.

b) Agroecologia em Rede

O sistema *Agroecologia em Rede* foi aprimorado tecnicamente em 2005 com o objetivo de incorporar as funções definidas pelo conjunto de organizações articuladas pelo Projeto Plantas Nativas do Nordeste, do qual a AS-PTA fez parte até o triênio anterior (2002-2004). Esse serviço foi realizado por uma empresa especializada em programação de bancos de dados. O conjunto de ajustes técnicos implementado no sistema permitiu a finalização da primeira versão do mesmo. Desde então o sistema opera normalmente, sendo acessado pelo endereço www.agroecologiaemrede.org.br.

O maior avanço do projeto Agroecologia em Rede no triênio encontra-se no campo de sua construção política. Fruto de um intenso processo de interações entre organizações ligadas a ANA-NE e a AS-PTA entre os anos 2003 e 2004, o sistema foi assumido em 2005 pelo Grupo de Trabalho sobre Informação (GT-Info) da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Esse GT, criado em março de 2005 e coordenado pela AS-PTA, foi composto por representantes de diversas redes regionais (GTNA – Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia, ASA-BR – Articulação do Semi-Árido Brasileiro, Rede Cerrado, Rede Ecovida (Sul do Brasil), AMA – Articulação Mineira de Agroecologia) e pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Do ponto de vista funcional, a ABA-Agroecologia assumiu formalmente a gestão do banco de pesquisas do sistema, ficando a Articulação Nacional de Agroecologia, por meio de sua secretaria executiva, responsável pela gestão do banco de experiências. A AS-PTA assumiu a gestão administrativa do sistema, mantendo a equipe responsável pelo cadastramento das sistematizações e dos contatos.

Com essa evolução no plano da gestão do sistema, o Agroecologia em Rede, que até 2005 estava circunscrito aos domínios do semi-árido brasileiro, passou a abranger e dar visibilidade às experiências e pesquisas agroecológicas de todo o território nacional.

Em que pese a evolução no plano da construção metodológica e política do sistema na ANA e na ABA-Agroecologia, a limitação financeira para o desenvolvimento de atividades de capacitação para uso do sistema e para o aprimoramento técnico da ferramenta dificultou a sua incorporação efetiva como instrumento de construção do campo agroecológico.

Representando a ANA, a AS-PTA iniciou negociações junto a organismos do governo federal para o financiamento das atividades do próprio GT-Info, entre elas, e principalmente, o desenvolvimento do sistema Agroecologia em Rede. Apesar da

aprovação formal de um projeto em parceria com o MDA em 2005, as novas dificuldades impostas pela legislação colocaram obstáculos para que o projeto fosse implementado. Em 2007, novas iniciativas orientadas para a captação de recursos para o projeto estão sendo tomadas, de forma a viabilizar os meios financeiros necessárias para permitir a estruturação de condições estruturais para que o sistema seja efetivamente incorporado como instrumento para o fortalecimento das redes regionais da ANA e da ABA-Agroecologia.

Em 2007 a AS-PTA iniciou negociações com a ASA-Brasil para estabelecer uma parceria para a manutenção do sistema como instrumento de subsídio à implementação do Programa P1+2 na região do semi-árido brasileiro. Entre outras atividades, o referido programa se propõe a fomentar sistematizações de experiências e intercâmbios entre agricultores-experimentadores que têm inovado nas práticas de manejo de recursos hídricos na região. A AS-PTA tem assessorado oficinas de sistematização (ver a este respeito no capítulo deste documento referente ao Programa de Desenvolvimento Metodológico) e cadastrado no sistema Agroecologia em Rede os documentos produzidos no quadro desse programa.

Em conjunto com a ABA-Agroecologia, a AS-PTA vem estimulando que pesquisadores envolvidos em projetos de investigação científica na área de agroecologia cadastrem os resultados de suas pesquisas no sistema. Até o presente momento, o banco de pesquisas conta quase que exclusivamente com os resumos dos trabalhos apresentados em Congressos Brasileiros de Agroecologia.

Durante o triênio a AS-PTA manteve a administração do sistema com seus próprios recursos institucionais e, na medida de suas limitações, alimentou as bases de dados e manteve contato sistemático com usuários interessados em aprofundar as informações nelas apresentadas. No presente momento, o sistema conta com 312 cadastros de experiências, 432 de pesquisas e 1355 contatos pessoais e 356 contatos institucionais. O sistema vem recebendo uma média mensal de 1500 visitas únicas, o que, frente à sua limitada divulgação pública, revela o seu enorme potencial como fonte de informações e contatos para interessados nas experiências em curso no campo agroecológico brasileiro.

c) Política de Informações da Articulação Nacional de Agroecologia

Durante o processo preparatório do II ENA, a AS-PTA participou ativamente da criação e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Informação – GT-Info da Articulação Nacional de Agroecologia. Desde o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, a ANA vinha procurando intensificar os fluxos de interação entre os praticantes da agroecologia para que o movimento tirasse daí sua vitalidade e capacidade de expressão pública.

O GT-Info foi criado em 2005 para subsidiar a constituição e o fortalecimento de redes de conhecimento, através de sistemas de informação que permitissem dar visibilidade às experiências em curso e criar ambientes favoráveis às interações entre os experimentadores. Foi com esse objetivo que, durante o preparatório ao II ENA, a AS-PTA assumiu a responsabilidade pela coordenação, em nome do GT-Info, da construção do Mapa Expressões da Agroecologia e de dois vídeos: o vídeo Expressões da Agroecologia, que apresenta a percepção de produtores familiares de várias regiões do Brasil sobre o significado da agroecologia nas suas vidas e o vídeo

do II ENA, que apresenta os conteúdos de seus debates e deliberações por meio de depoimentos colhidos em entrevistas durante o evento.

O mapa foi desenvolvido com base em um processo intensivo de identificação de iniciativas do campo agroecológico nas diferentes regiões e estados do Brasil, processo esse denominado “mutirão de identificação de experiências”. Durante três meses, com base em uma ficha padrão desenvolvida pelo GT-Info a partir de proposta original da AS-PTA inspirada na lógica do sistema Agroecologia em Rede, organizações de todo o país realizaram esforços simultâneos de apresentarem as experiências mais significativas por elas acompanhadas e/ou assessoradas. Embora bastante incompleto pelas condições em que foi desenvolvido, o mapa vem sendo um instrumento de grande utilidade para a apresentação do universo social e geográfico abrangido pelo campo agroecológico bem como dos temas geradores das dinâmicas sociais de inovação.

O vídeo Expressões da Agroecologia e o vídeo do II ENA foram multiplicados para ampla distribuição entre as redes e instituições do campo agroecológico. O objetivo de ambos os materiais é o de evidenciar, por meio das experiências e depoimentos neles apresentados, a emergência das diversificadas iniciativas de promoção da agroecologia promovidas por grupos, organizações e movimentos sociais. Esses materiais vêm cumprindo um papel pedagógico fundamental ao subsidiar debates nas regiões sobre a diversidade das iniciativas ao mesmo tempo em que evidencia as unidades entre elas.

Além de negociar e fazer evoluir a proposta de incorporação do sistema Agroecologia em Rede como ferramenta da ANA, a AS-PTA atuou durante todo o triênio no desenvolvimento e manutenção da página eletrônica da ANA. Por meio de uma parceria estabelecida com a Embrapa Informática, a AS-PTA coordenou o desenvolvimento da página www.agroecologia.org.br, que se revelou posteriormente foi um instrumento fundamental durante o processo preparatório do II ENA e, desde então, vem sendo atualizada com informações dos grupos de trabalho da ANA bem como das suas redes regionais da ANA.

d) Página eletrônica da AS-PTA

O site da AS-PTA (www.aspta.org.br) é também um espaço virtual que está se consolidando como ponto de intensificação dos fluxos de informação sobre agroecologia. Além de informações institucionais, a página tem sido um veículo de informações bastante consultado por interessados em textos e publicações relacionados à Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos. Por meio da página os usuários têm acessado o sistema “Agroecologia em Rede”, a página da revista Agriculturas e o catálogo de publicações da AS-PTA.

No ano de 2007 a AS-PTA remodelou sua página institucional, readequando-a para incorporar novas funcionalidades, sobretudo ao permitir um processo de alimentação descentralizado pelos próprios programas e projetos, sem que para isso seja necessária a contratação de serviços especializados. Além de aumentar a autonomia da entidade na gestão de sua página institucional, o novo sistema apresenta as informações aos visitantes de forma mais amigável.

2. Objetivos para o Trienal 2007-2010

- Publicar 12 edições da Revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Manter a atualização permanente da página eletrônica da revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Incrementar em 100% o número de subscritores da revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Implementar a função dossiê temático na página eletrônica da revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*;
- Desenvolver o sistema *Agroecologia em Rede* em articulação com redes regionais da ANA e com a ABA-Agroecologia;
- Alimentar os bancos de dados do sistema *Agroecologia em Rede* mantendo fluxo regular de cadastramento de informações;
- Manter a atualização permanente da página institucional da AS-PTA na *internet*.

3. Linhas de ação

3.1. Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia

- Manutenção das atividades de captação, edição e publicação de artigos com edições trimestrais da revista *Agriculturas*;
- Publicação das edições da revista *Agriculturas* em formato eletrônico no site da revista;
- Manutenção das atividades de alimentação de fontes de informação sobre agroecologia nos dossiês temáticos da página eletrônica da revista *Agriculturas*;
- Promoção da revista *Agriculturas* em variados meios (escolas, universidades, instituições oficiais de pesquisa e ensino, organizações de agricultores, ONGs, etc).

3.2. Sistema Agroecologia em Rede

- Desenvolvimento técnico do sistema *Agroecologia em Rede* em articulação com o mapa *Expressões da Agroecologia* da ANA;
- Manutenção regular das bases de dados do sistema *Agroecologia em Rede*.

3.3. Página institucional da AS-PTA

Atualização permanente das informações da página institucional da AS-PTA

4. Metas e meios de verificação

- Publicar 12 edições da Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* (em formatos impresso e eletrônico). Meio de verificação: revistas impressas e página eletrônica da revista;

- Cadastramento de 300 experiências ao sistema Agroecologia em Rede. Meio de verificação: base de dados do sistema;
- Cadastramento de 300 pesquisas ao sistema Agroecologia em Rede. Meio de verificação: base de dados do sistema;
- Atualização permanente do site institucional da AS-PTA. Meio de verificação: relatório do serviço de administração do site.